

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GALVÃO, Ilmar Nascimento. Ilmar Nascimento Galvão (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min).

**Ilmar Nascimento Galvão
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Fábio Ferraz de Almeida; Fernando de Castro Fontainha; Nelson Azevedo Jobim;

Levantamento de dados: Fábio Ferraz de Almeida; Thiago Filippo;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Fábio Ferraz de Almeida;

Técnico de gravação: Ignorado;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 25/09/2012 a 25/09/2012

Duração: 3h 0min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getúlio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Acre; Anos 1960; Atividade profissional; Banco do Brasil; Brasília; Carreira jurídica; Constituição federal (1988); Direito; Ensino superior; Esquerda; Faculdade Nacional de Direito; Falecimento; Família; Fernando Collor de Mello; Formação escolar; Formação profissional; Funcionalismo público; Golpe de 1964; Greves; Impeachment de Collor; Imprensa; Justiça eleitoral; Legislação trabalhista; Mídia; Pedidos e solicitações; Pobreza; Poder judiciário; Regime militar; Reis Veloso; Rio de Janeiro (estado); São Paulo; Supremo Tribunal Federal; Transportes; Tribunal Federal de Recursos; Tribunal Superior Eleitoral;

Sumário

Entrevista: 05/09/12 Cabeçalho; apresentação e origens familiares; morte do pai; início da vida de trabalhador; estudos ginasiais; concurso no Banco do Brasil; mudança para São Paulo; mudança para o Rio de Janeiro; o trabalho no banco; amizade com Reis Veloso; a escolha pelo Direito e o início de faculdade na FND (Faculdade Nacional de Direito); os passeios de bonde; a ideia de sair do Rio de Janeiro; a ida para Rio Branco/AC em 1964; o perfil esquerdista na época de estudante; participação em piquetes de greves, inclusive do Banco do Brasil; amigos da faculdade e professores; o caso da greve dos professores - enquanto ministro do STF (Supremo Tribunal Federal); a ida para o Acre no contexto da Revolução de 1964; o encontro com a futura esposa; a decisão de permanecer no Acre; a indicação para a Justiça Federal; o processo de construção da faculdade de Direito do Acre; a criação da Universidade Estadual do Acre; a indicação para juiz federal no DF (Distrito Federal) e a mudança para Brasília; o início dos trabalhos na Justiça Federal no DF; a lista de indicações para o Tribunal Federal de Recursos; a indicação para o Supremo Tribunal Federal; o primeiro dia no STF; o caso Collor; a pressão da imprensa no caso Collor; casos de direito tributário; visita recente ao STF; volume de processos nos tribunais; organização do gabinete no STF e o trabalho cotidiano; a nomeação dos assessores; diálogo com interessados políticos em processos; morosidade do judiciário; experiência com a justiça eleitoral no TSE (Tribunal Superior Eleitoral); debate para decidir casos; TV Justiça e publicidade dos julgamentos de Supremas Cortes; retomada do Caso Collor; casos dos expurgos inflacionários do FGTS; sistema de julgamento por despacho; lembrando palestra recente sobre controle de constitucionalidade; último ano no STF; eleição para presidência do STF e saída do tribunal; exercício interino da presidência; a vida após o STF; os motivos para não sentir saudade do Supremo e os aspectos saudosos; o processo de seleção da urna eletrônica a ser usada no Brasil, a partir do estudo de urnas internacionais e a implantação da nova urna; o último dia no Supremo; o agradecimento à mãe na data; a pobreza na infância; perspectiva adquirida na volta à cidade natal; considerações finais sobre a vida atual em relação às lembranças da pobreza.

Entrevista: 25 de setembro de 2012

Fernando Fontainha. – Ministro, eu queria começar nossa entrevista perguntando pro senhor, pedindo que o senhor nos dissesse o seu nome completo, local e data de nascimento e o nome dos seus pais.

Ilmar Galvão – Meu nome é Ilmar Nascimento Galvão; nasci dia 2 de maio de 1933, numa cidadezinha do interior da Bahia chamada Jaguaquara. É um nome interessante porque significa, em linguagem indígena, toca da onça, *jagua* e *quara*. Fica no sudoeste da Bahia, na região de Jequié. É uma espécie de satélite da cidade de Jequié, que eu gosto de mencionar porque é mais conhecida. Meu pai, Ananias Leal Galvão, e minha mãe, Otília Nascimento Galvão.

F.F. – Perfeito. E, ministro, o senhor perdeu relativamente cedo o seu pai; ele falece em 1941.

I.G. – Em 1941. Eu fiquei com sete anos. Eu era o segundo na ordem. O mais velho, depois, veio a se afogar em Copacabana. Mas eu fiquei como, digamos assim, o arrimo de família. Comecei a trabalhar muito cedo, praticamente aos 11 anos de idade.

F.F. – Como foi o início da sua vida profissional? Como o senhor começou a trabalhar?

I.G. – Eu comecei a trabalhar assim, de... digamos, de ajudante em casa comercial, uma espécie de... Na Bahia... não sei se por aqui é comum se dizer... que é caixeiro de...

Nelson Jobim. – Caixeiro.

I.G. – Caixeiro. Aos 14 anos, passei a trabalhar em cartório, fazendo toda espécie de serviço, desde escritura até datilografando sentenças de juiz etc. Eu fazia todo o trabalho de cartório, numa comarca pequena, que era a comarca da minha terra, em que os cartórios não eram muitos. O titular, o oficial, reunia a maior parte dos cartórios, e eu era, digamos assim, o principal ajudante. Isso aos 14 anos, que foi quando eu comecei esse trabalho. Fiz o ginásio lá mesmo. Havia um ginásio batista, e minha mãe era batista, sou de uma família batista, de

origem batista. Hoje, na verdade, não tenho mais proximidade com a Igreja Batista; frequento a Igreja Católica, com minha família, meus filhos. Mas fiz o ginásio porque era em frente à minha casa, praticamente, e terminei aos 14 anos e fiquei lá trabalhando, sem muita perspectiva de futuro. E esse trabalho de cartório era muito mal remunerado. Era um oficial do registro e do cível, e mais isso, mais aquilo, contador, mas a remuneração que ele dava era uma coisa ínfima. Mas não tinha... Eu fiquei trabalhando, aprendi a datilografar, datilografava muito bem, e aí um amigo, um colega, um dia ele falou para mim que ia haver um concurso para o Banco do Brasil em Salvador e que seria uma boa oportunidade. Eu gostava de matemática e datilografava muito bem, que fazia parte da prova. Eu fui fazer esse concurso e logrei o primeiro lugar nesse concurso. Isso me valeu o quê? Me valeu o direito de escolher uma agência onde eu pudesse começar o meu trabalho no Banco do Brasil.

N.J. – Que idade tu tinha?

I.G. – Acho que nessa... Eu devia estar com 18 anos. Fui trabalhar uns meses em Jequié, na agência em Jequié, enquanto verificava como ia ficar minha mãe com meus irmãos, e acabei decidindo ir para São Paulo. Eu fui para a agência Centro de São Paulo, na Avenida São João, onde trabalhei perto de dois anos.

F.F. – Essa foi então a sua escolha, ministro, a agência de São Paulo?

I.G. – Foi. Foi a agência de São Paulo. Mas não me dei bem com o clima. Naquela época, havia a garoa e aquela umidade, o frio...

F.F. – Mas por que essa escolha de São Paulo, ministro?

I.G. – Porque eu queria estudar engenharia e achava que em São Paulo era melhor para eu ingressar num cursinho, etc. Porque eu andei sondando e em Salvador não havia, naquela época. E eu fui então para São Paulo. Depois que eu verifiquei que não era bom para a minha saúde, eu estive no Rio de Janeiro... Peguei um ônibus, um dia que era feriado em São Paulo, 9 de julho, e fui ao Rio de Janeiro, visitei o banco e, visitando o Banco do Brasil lá na 1º de Março, eu verifiquei que havia um quadro de aviso, e havia um funcionário dizendo que

estava... Estava fazendo uma proposta de permuta para São Paulo: ele queria ir para São Paulo e estava à espera de alguém que estivesse em São Paulo e quisesse ir para o Rio. Na mesma hora, corri lá onde ele estava, assinamos a permuta e fui-me embora para São Paulo. Com uma semana mais ou menos, veio o resultado, eu me transferei para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, eu me dediquei à perícia de balanços, me especializei. Eu era um funcionário designado para examinar a situação econômico-financeira de empresas, empresas que pretendiam fazer empréstimo no Banco do Brasil. Então, eu passava, eu trabalhava fora, eu ia para a sede dessas empresas examinar o balanço, a escrita, os documentos, fazer um trabalho bem minucioso, que eu não sei se hoje se faz, mas naquela época havia, havia esse tipo de trabalho. E conversando... Eu conheci, em São Paulo, o Reis Velloso, o ministro Reis Velloso, que veio a ser ministro, que era do Banco do Brasil e colega, meu colega no banco. Ele tinha sido... Depois que eu fui para o Rio, ele foi, também. Ele foi trabalhar no gabinete do Ney Galvão, que era o presidente do banco. Aí eu fui fazer uma visita ao Velloso, ele disse: “Mas, Ilmar, me diga uma coisa, você vai estudar o quê? Engenharia?” “Vou.” “Você gosta do banco?” Eu digo: “Gosto.” “Ora, engenharia não é bom, porque o banco não tem muitos empregos para engenheiro. Por que você não faz economia, como eu, ou então faz direito?” Eu saí dali pensando naquilo, naquela sugestão dele, e achei muito razoável. Corri lá na Faculdade Nacional de Direito, que era na Moncorvo Filho. Estava em época de inscrição para vestibular. Me inscrevi para o vestibular, me dei bem no vestibular e comecei a fazer o curso de direito. Associei todas aquelas reminiscências do tempo que eu trabalhei em cartório e fiz sentença para... datilografei sentenças, isso e aquilo, e registro de imóveis. Tudo aquilo eu fiquei conhecendo, então foi ótimo. Fui estudar direito, mas com a ideia de... Ah, sim! Levei minha família para o Rio, minha mãe com meus irmãos...

F.F. – Eles também lhe acompanharam para São Paulo, quando o senhor foi a São Paulo?

I.G. – Não, não. São Paulo, não; no Rio.

F.F. – Quando o senhor foi a São Paulo, eles ficaram na Bahia?

I.G. – Ficaram na Bahia. Eu fiquei, lá, num apartamento com outros colegas, com alguns outros colegas, ali na Brigadeiro Luís Antônio, bem perto do banco. Eu ia a pé para o banco. Era muito cômodo para mim. Lá no Rio, eu fui morar na Tijuca.

F.F. – O senhor lembra do endereço onde o senhor morou?

I.G. – Rua Félix da Cunha. Havia o bonde, eu pegava o bonde, saltava lá na Praça Quinze e ia caminhando pro...

F.F. – Quinze ou Onze?

I.G. – Praça Quinze, lá perto...

F.F. – Era uma caminhada boa então.

I.G. – [...] Lá no Cais.

F.F. – Era uma caminhada boa, até a Moncorvo Filho. Da Praça Quinze à Moncorvo Filho era uma caminhada boa.

I.G. – Ah, sim! Mas ali tinha outro bonde.

F.F. – Ah, sim!

I.G. – Havia um outro bonde que passava na Primeiro de Março, pegava ali a rua da Quitanda e saltava...

F.F. – Isso. E fazia o que hoje é a Presidente Vargas.

I.G. – Era o tempo do bonde, que era uma maravilha, não é? Eu, quando ia para casa – eu me lembro bem de certas coisas –, eu sentava no bonde... O Jobim não pegou bonde, não, não é?

N.J. – Peguei bonde em Porto Alegre.

I.G. – Em Porto Alegre. Eu sentava... Na praça, ali no Cais, tomava meu lugar no bonde e comprava a *Última Hora* e colocava aqui, assim [levanta os braços e abaixa um pouco a cabeça, simulando o ato de colocar o jornal na frente do rosto], pra não ver quem é que entrava, pra não ter que dar lugar. [risos] Porque era uma viagem comprida. Do Cais Pharoux até a Tijuca era uma viagem que durava algum tempo. E gostosa, porque era no bonde... E eu então me lembro bem disso. Ia lendo Nelson Rodrigues, Antônio Maria – naquela época, eram os dois columnistas bons. Agradável. E usava o bonde. Fiquei trabalhando ali na 1º de Março...

F.F. – Na agência da 1º de Março?

I.G. – Na agência da 1º de Março.

F.F. – Onde hoje é o Centro Cultural?

I.G. – É, onde hoje é o Centro Cultural.

F.F. – Ministro, desculpa, podemos voltar um pouquinho para o momento que... O senhor falou rapidamente sobre...

I.G. – Pois não. Você pode... Às vezes, eu vou confundindo, é bom que você chame a atenção.

F.F. – Não, não tem problema. É porque me interessa, particularmente, o momento... Porque até então o senhor teve uma experiência no cartório, onde fez sentenças, mas o senhor chegou a mencionar que teve um momento que o senhor queria fazer engenharia, mas teve alguma influência que fez o senhor olhar para o direito. Como é que foi esse momento? Como é que o senhor, que queria fazer engenharia, foi fazer direito?

I.G. – Eu fui para o Rio de Janeiro, me matriculei na Faculdade de Engenharia, que era ali na... Agora não me lembro mais. Como é o nome da praça?

F.F. – Antigamente era na Praça Tiradentes, não?

I.G. – É, perto da... Não era bem a Tiradentes. Um pouco antes da Tiradentes.

F.F. – Ah! Era no Largo de São Francisco.

I.G. – Largo de São Francisco. Eu me matriculei lá para fazer. E o Reis Velloso foi que me dissuadiu disso. Ele é que me disse: “Não. Faça direito.” Eu saí dali, desse encontro com o Reis Velloso... Outro dia, eu me encontrei com ele no Rio e falei isso. Eu disse: “Você foi responsável pela mudança da minha... pela mudança de rumo na minha vida.” Mas então eu fui... Eu saí dali e, antes de chegar a casa, eu já tinha mudado meus planos. Passei no outro dia de manhã na Faculdade de Direito, me matriculei no vestibular e entrei para a Faculdade de Direito. Era uma faculdade que, na época, tinha aqueles... tinha Hermes Lima, que veio a ser ministro do Supremo; [inaudível]...

F.F. – Era professor.

I.G. – Professor.

F.F. – Eu bacharelei pela FND, também.

I.G. – Foi?

F.F. – Somos colegas de FND.

I.G. – Houve uma época que, aqui no Supremo, havia quatro ex-alunos: Moreira Alves, Gallotti, Marco Aurélio e eu, no mesmo...

F.F. – Eu era aluno e me gabava muito de ter ex-alunos ministros do Supremo.

I.G. – Pois é.

F.F. – Inclusive, o senhor tem o direito de me dar trote, se o senhor quiser, porque... [risos]

I.G. – Mas o certo é que eu... Mas eu alimentava uma ideia, um desejo de sair do Rio. Eu já estava muito bem instalado, tinha um apartamento em Botafogo, um apartamento térreo, mas um apartamento razoável, na rua Marquês de Olinda, tinha carro, era solteiro, vivia frequentando as boates da Barra da Tijuca – naquela época, não havia risco nenhum –, então, aquela vida boa ali no Rio de Janeiro. Mas eu sempre com aquela ideia de sair do Rio. E eu integrava um grupo de técnicos que achavam que aquilo era conversa minha, que, absolutamente, eu não sairia mais do Rio. Terminei o curso e aí aconteceu uma coisa: eu tinha terminado o curso em dezembro, e quando foi em fevereiro, essa turma que vivia achando que era brincadeira minha... Chegou um gerente que... um rapaz que foi nomeado gerente da agência do Banco do Brasil em Rio Branco...

F.F. – O senhor fez o curso à noite, não é?

I.G. – Fiz à noite. Foi nomeado gerente do Banco do Brasil em Rio Branco, no Acre, chegou lá e perguntou ao chefe da seção: “Me diga uma coisa, não há um funcionário aqui que queira ir comigo passar uma temporadazinha lá em Rio Branco para organizar lá a agência?” Aí, a turma reunida lá, ele disse assim: “Olha, aquele que está lá sentado, Ilmar, ele anda dizendo que quer sair do Rio. Fala com ele.” O gerente veio, chegou: “O senhor que é Ilmar Galvão?” “Sim.” “Olha, eu sou fulano de tal, fui nomeado gerente da agência de Rio Branco, preciso de alguém para organizar o cadastro, e mais isso, mais não sei o quê, uma série de coisas, e me indicaram que você é um funcionário capaz de resolver esse problema para mim e que poderia me acompanhar.” Era uma quinta-feira. Eu disse assim: “A viagem seria quando?” Ele disse: “Eu estou indo domingo agora.” Pensei um minuto, assim, e digo: “Pode me incluir.”

F.F. – Um minuto?

I.G. – É.

F.F. – O senhor pensou um minuto?

I.G. – Pensei um minuto. “Pode me incluir nessa... Eu vou.” Porque eu me lembrei que na minha terra havia um homem de idade, de uns 80 anos ou mais, que eu chamava de tio Félix – todos os jovens chamavam de tio Félix –, e ele tinha sido soldado da revolução acreana, comandada pelo Plácido de Castro, e contava aquelas histórias do Acre, da floresta, da Bolívia. Eu disse: “Rapaz, o que é que custa para mim, ir lá dar uma olhada nisso e confirmar essas informações e tal? Pode colocar. Bota o meu nome lá. Eu vou.” Cheguei. Minha mãe estava no Rio nessa época, eu disse: “Olhe, minha mãe, eu vou passar uma temporzinha fora. A senhora não se incomode, não, que eu vou voltar.”

F.F. – E eles ficaram no Rio?

I.G. – Ficaram no Rio.

F.F. – Uma pergunta: no Rio, o senhor morava sozinho ou o senhor morava com eles?

I.G. – Nessa época, já com eles. Eu já tinha alugado um apartamento na Félix da Cunha e já não morava sozinho. Na Félix da Cunha, aluguei um apartamento. Aí ela disse: “Está bem, meu filho. Deus te abençoe”, aquela coisa de mãe. E eu então fui para o Acre.

N.J. – Em que ano foi isso, Ilmar?

I.G. – Em 1964, no ano da revolução. Ah! É preciso dizer também uma coisa: eu era... eu tinha umas ideias esquerdistas. Como todo aluno aí da nossa faculdade, eu me deixei empolgar por esse movimento. Só não entrei para o Partido Comunista. Foi a única coisa... o passo que eu não dei. Mas de acompanhar, por exemplo... Eu fui algumas vezes em piquete de greve no Banco do Brasil, participei de piquete de greve, e fui algumas vezes, com os alunos da faculdade, lá para frente do Palácio do Catete.

F.F. – Então seus colegas.

I.G. – Aí já eram os colegas da faculdade. Eu integrava esse grupo. E eu me lembro que a gente ficava na Praia do Flamengo, na frente da Casa do Estudante, a gente ficava ali – às vezes,

ficava ali e quase amanhecia o dia –, sentado naqueles bancos, conversando política e essas coisas. Era uma vida de solteiro. Não tinha maiores problemas. Fui para o Acre no dia... no dia 15 de fevereiro de 1964, um domingo.

F.F. – Logo antes da transição.

I.G. – Pouco antes da revolução.

F.F. – Ministro, antes do Acre, posso pedir algumas precisões sobre seu período de universidade? O senhor, então, chegou a participar do Centro Acadêmico, do CACO?

I.G. – Não como... Não ocupei cargo. Eu não ocupava por causa do Banco do Brasil, que era muito rigoroso, o banco, com seus funcionários e eu tinha medo de levar uma censura por lá. Aquilo, para mim, era importantíssimo. O Banco do Brasil, para mim, era uma coisa que eu não podia, absolutamente, correr o risco.

F.F. – Igualmente, o senhor não chegou a atuar no Sindicato dos Bancários?

I.G. – Não, no sindicato, eu ainda participei – mas não como membro – em movimentos, por exemplo, de correr as agências bancárias levando propaganda desses movimentos de greve e essas coisas. Isso eu ainda fazia. Mas o Banco do Brasil não tomava conhecimento disso, não. Eu não queria ter exercício de cargo. Também, naquela época, surgiu aquele problema da China, da Albânia, então eu perdi um pouco o entusiasmo por esse pessoal de esquerda. Bom, aí, lá vou eu...

F.F. – Mas aí, desculpe, ainda antes do Acre, o senhor se lembra de colegas de faculdade que lhe marcaram, que viraram colegas para a vida; professores que lhe marcaram, nessa trajetória na FND?

I.G. – Isso é uma coisa que... é um vazio, é um branco que eu tenho na minha vida. Porque eu vou ao Rio de Janeiro, tenho casa no Rio de Janeiro, tenho um apartamento lá, mas não tenho contato com ninguém daquela época. Antigamente, eu ainda encontrava, pelas calçadas de

Ipanema, um ou outro, “Oi Ilmar, como vai?”. Hoje, não tem mais nada. Mas um colega que foi colega meu de turma: o Osiris, que foi secretário da Receita Federal. O Osiris foi meu colega de turma.

N.J. – Osiris Silva... Osiris...

Ludmila Galvão – De Azevedo Lopes.

I.G. – Azevedo Lopes.

N.J. – Osiris de Azevedo Lopes.

I.G. – Esse Osiris foi um. Aqui, morreu recentemente um português, que a gente chamava de português, que era de descendência portuguesa, que era do Conselho de Contribuintes... Eu não consigo... Tento me lembrar. Eu preciso ir ao álbum de formatura para ver o nome desse pessoal, porque o tempo vai passando e vai dando uns brancos. Agora, mais do que nunca, um em cima do outro. A idade é uma coisa incrível! [riso] Então... Ah, sim! Eu tive dois colegas que se tornaram embaixadores. Isso aí eu posso depois lhe dar, mas neste momento, não. Porque eu posso pegar o álbum e ver. Teve um que foi embaixador no Japão que me visitou no Supremo Tribunal. Numa dessas viagens, ele soube que eu estava no Supremo Tribunal e me fez uma visita. Outro foi embaixador no Chile. Velloso, o sobrenome dele, desse do Chile, que eu encontrei uma vez como embaixador no Vaticano. Foi uma surpresa, porque eu fui visitar o Vaticano e, lá, encontro o Velloso, meu colega de turma. O que foi presidente do Tribunal de Justiça, o Marcus Faver – esse ainda é meu grande amigo, ainda hoje.

F.F. – E ele foi seu contemporâneo na FND?

I.G. – Foi colega, da mesma turma, de meia três. [silêncio] Um outro, o Brandão Monteiro, que foi deputado federal, morreu.

N.J. – Foi líder do PDT na Assembleia Constituinte. Brandão Monteiro foi...

I.G. – Você conheceu, não é?

N.J. – Foi meu amigo.

I.G. – Morreu logo em seguida, não é?

N.J. – Morreu. Teve um infarto.

I.G. – Teve um câncer, não é?

N.J. – Câncer e, depois, teve um infarto.

I.G. – O Brandão foi meu colega, também. Quem mais, meu Deus, que eu me lembro agora?

N.J. – O arquivo do Brandão está no CPDOC.

I.G. – Um Quirino, que foi para o Acre. Vivemos lá... convivemos lá no Acre. O Quirino acabou... Apareceu um câncer e ele foi embora, também, lá no Acre. Morreu no Acre, o Quirino.

F.F. – Algum professor, ministro, que tenha lhe marcado, na FND, que tenha marcado o seu curso de direito?

I.G. – Tem. O Hermes Lima. O Hermes Lima me marcou muito, porque era um homem muito prático, inteligente. E eu me lembro de uma afirmação que ele fazia em aula. Ele dizia assim: “O que a parte quer do juiz é uma sentença”, e aí ele dizia assim, “justa, se possível, mas ele quer...”. [risos] Ou seja, ele quer que acabe o processo. A parte não quer que se eternize. Aliás, você [aponta o dedo para o Min. Nelson Jobim], acerca disso... O Jobim sempre dizia assim: “A sentença não é um tratado; a sentença é para decidir uma questão. Quanto mais rápido, melhor. Quanto menor, melhor. Agora, o sujeito faz um tratado... Não é no processo que você vai escrever um tratado. Se você quiser escrever um tratado, faz fora.” O Jobim sempre dizia isso, e eu me lembrava do Hermes Lima. O Hermes Lima foi um professor que foi nosso

paraninfo, e eu então nunca me esqueci do Hermes Lima. Acabou, ele veio para o Supremo Tribunal; foi primeiro-ministro, no tempo do João Goulart... Teve uma vida muito bonita, porque aos 26 anos ele já tinha feito um concurso de cátedra na Bahia; foi para São Paulo, fez outro concurso de cátedra, na Universidade de São Paulo, foi aprovado; depois, foi para o Rio de Janeiro, concorreu com dois ou três professores e novamente... Era uma inteligência fulgurante, o Hermes Lima. Não deixou muita coisa escrita, mas era impressionante como professor. Tive aulas, na nossa faculdade, tive aulas com o San Tiago Dantas. E não precisa dizer nada de San Tiago Dantas. Só se pode lamentar que um homem como o San Tiago Dantas não tenha deixado uma obra monumental escrita, porque ele tinha capacidade para isso. Ele era um homem que dava uma aula... E eu era ligado ao Centro Acadêmico, eu recebia a incumbência... O Brandão foi presidente do Centro. Ele dizia: “Ilmar, você vai gravar.” E eu gravava as aulas do San Tiago, passava naquele... naquele sistema antigo de reprodução...

F.F. – Mimeógrafo.

I.G. – [...] no mimeógrafo. E o San Tiago dizia: “Me dê para eu fazer a correção.” Eu me lembro que eu dava o texto, não tinha nada, não tinha uma vírgula que ele pudesse acrescentar, uma palavra para substituir. Nada. Era impressionante. E outro professor de quem eu recebi aula foi o Pontes de Miranda. O Pontes de Miranda, eu sabia até onde ele morava, lá em Ipanema: na rua... Como é que se diz? Aquela avenida paralela à praia.

F.F. – Delfim Moreira?

I.G. – Não. Lá em Ipanema.

F.F. – Afrânio de Melo Franco?

I.G. – Prudente...

F.F. – Prudente de Moraes.

I.G. – Prudente de Moraes. Ele morava numa casa ali, e eu fui lá uma vez, falar com o Pontes de Miranda. O Pontes de Miranda era muito vaidoso. Eu me lembro que, em sala, se dizia assim... Acho que foi o Osiris mesmo que disse: “Professor, me diga uma coisa, o senhor acaba de escrever um tratado de 60 volumes, de direito privado, o senhor não acha que o direito privado está superado no mundo?” Porque o socialismo parecia que ia dominar o mundo, não é? Aí ele disse: “O senhor se engana, meu filho. Se fosse assim, se não tivesse valor, a União Soviética não tinha me encomendado dez exemplares da obra.” Se era verdade ou não, eu não sei; eu sei que ele afirmou isso, que a União Soviética mandou comprar dez exemplares da obra dele, de 60 volumes cada um.

F.F. – Do *Tratado*.

I.G. – Pontes de Miranda. Mas deu aula sobre processo. Eu me lembro bem, “ação declaratória, força declaratória”, ele dizia, “força dois; ação condenatória...”.

N.J. – Cargas de eficácia.

I.G. – O Jobim conhece tudo. [riso] “Ação condenatória, força tal”, e assim por diante. Foi uma época realmente boa da minha vida. Eu saía de casa de manhã, ia para a biblioteca, passava a manhã na biblioteca; meio-dia, pegava o bonde ali, saltava lá na 1º de Março, entrava lá no banco...

F.F. – A biblioteca da própria FND?

I.G. – Dentro da faculdade. Aquela biblioteca que é assim.

F.F. – Chamava-se então Carvalho de Mendonça, já?

I.G. – Eu acho que sim. É isso mesmo.

F.F. – É o nome dela, Biblioteca Carvalho de Mendonça.

I.G. – E aí eu ia lá para o banco. O banco tinha uma coisa, ele exigia... Se houvesse greve, uma greve de bancários, eu, que trabalhava fora, tinha que ir lá para declarar que estava em greve, se estava em greve ou não. Não podia enganar. Não podia ficar de fora, em greve, e depois dizer que não... e receber. Porque o banco cortava as diárias de quem perdia. Tanto que... Eu estava aqui no Supremo Tribunal e apareceu um caso desse. Apareceu um caso desse [riso]. Eu era vice-presidente do Supremo e houve um caso aqui de uma greve de professores da universidade. Então... Eu não sei por que, se foi em grau de recurso, não me lembro bem, eu sei que eu mandei cortar, e aí o Marco Aurélio chegou, assumiu a presidência e reformou o despacho, mandou pagar. E depois veio uma crítica: uma deputada, num estado desse aí, fez uma carta, por intermédio da presidência, me interpelando, como é que eu podia cortar diárias de professores em greve. Aí eu disse, na resposta, eu disse para ela que aprendi isso quando eu era bancário, que os dias de greve eram cortados, também, no Banco do Brasil, e os professores não tinham nenhum privilégio, para não ter cortado. Agora, o governo mandou cortar e foi o remédio para voltar... Porque ninguém quer ficar sem remuneração. Bom, voltando agora...

F.F. – Desculpe. Uma pequena precisão: nesse caso dos bancários, o senhor era vice-presidente do Supremo e, enquanto presidente em exercício, o senhor despachou liminarmente e foi reformado...?

I.G. – Eu não me lembro em que tipo de...

F.F. – De procedimento.

I.G. – [...] de procedimento. Eu sei que eu mandei cortar.

F.F. – O ministro Marco Aurélio...

I.G. – Aí o Marco Aurélio veio, porque ele era o presidente, assumiu, e aí foram lá pedir... “O ministro Ilmar cortou aqui as diárias...”

F.F. – “Como presidente, eu reformo o seu despacho.”

I.G. – Aí ele reformou, reconsiderou. Não é reforma; reconsiderou, como se ele tivesse a competência para isso. E tinha, não é? Reconsiderou e pagaram lá. E houve essa reação: num estado desse aí, uma deputada me interpelou, como é que eu podia cortar a diária? Eu mandei dizer para ela que eu aprendi isso no Banco do Brasil. Pois é. Já podemos parar com o Rio? Porque o Rio encerrou aí, porque no domingo, naquele domingo, eu embarquei para o Acre. Peguei um avião para Belém; de Belém, peguei um avião para Manaus; pernoitei em Manaus; peguei um avião para Porto Velho; e de Porto Velho, um avião para Rio Branco.

F.F. – Se eu bem lhe acompanhei, são três dias.

I.G. – Foram dois dias de...

F.F. – De trânsito.

I.G. – [...] de trânsito. Era assim que a gente ia ao Acre naquela época. E para voltar, também, a mesma coisa. No tempo do ministro Jobim como ministro da Justiça, nós fomos lá, mas fomos direto: saímos daqui num jatinho e fomos direto.

N.J. – [Extrema e Califórnia]¹.

I.G. – Fui para o Acre naquele... quinze dias antes da revolução. Minha sorte. Veja o que é a vida. Minha sorte. Porque o Banco do Brasil... Andaram uns dedos-duros por lá e o Banco do Brasil puniu vários colegas mandando lá para o fim do mundo, lá para a fronteira da Bolívia, a fronteira não sei de onde. E eu estava no Acre, eles me perderam de vista, de modo que eu passei impune pela revolução, sem levar uma punição do Banco do Brasil. Fui para o Acre. No dia que cheguei ao Acre...

F.F. – Se o senhor me permite perguntar, eventualmente, por que...?

¹ Expressão mais aproximada do que se pôde ouvir.

I.G. – Por causa dessa política sindical, de greve, de cercar... Aquele prédio da 1º de Março, a gente fazia um cordão e cercava o prédio. Não entrava ninguém. Assim, um agarrado na mão do outro, dava a volta – porque ali é um quarteirão –, dava a volta naquele prédio. No tempo da juventude, não é? Não tinha muita convicção daquilo, mas... Foi por aí.

F.F. – Então o senhor temeu, eventualmente, algum...?

I.G. – Não, eu não temi porque eu saí quinze dias antes. Eu não acreditava na revolução. Porque o nosso professor Chico Mangabeira, que era o filho de um desses Mangabeira, era o presidente da Petrobras e se jactava de que, se houvesse um movimento, a Petrobras fecharia o fornecimento de combustível no país; tinha um general, que eu não me lembro o nome dele, que andava com o João Goulart, que também ameaçava fechar o país, de fechar...

N.J. – Assis Brasil. General Assis Brasil.

I.G. – É. Então eu não acreditava que houvesse a deposição do João Goulart. Estive naquele comício da Central, com o Jango...

F.F. – O grande comício da Central, do Jango?

I.G. – É. Estive ali. Isso poucos dias antes de embarcar. Na semana. Então, quando eu cheguei ao Acre, eu me lembro que alguém dizia: “Então, vai haver deposição?” Eu digo: “Que nada! O Jango não cai assim, não. O Jango está bem guardado. Tem a Petrobras na mão do Chico Mangabeira...” Essas bobagens da vida. [riso] Fui para o Acre naquele 15 de fevereiro e levei...

F.F. – De 1964.

I.G. – E fiquei no Acre até 1979, e mais de sete anos indo lá todo mês, porque... Aí é uma história. Eu cheguei lá e encontrei a pessoa que hoje é minha mulher. No dia que cheguei.

F.F. – No dia?

I.G. – No dia.

F.F. – Depois de pensar um minuto? O senhor passa dois dias, chega no Acre, e nesse dia, encontra a mulher da sua vida?

I.G. – [riso] No meio do ano eu já estava casado. Mas eu fui para lá e os colegas... Sabe qual era o carro de praça em Rio Branco? Porque não havia calçamento. Quando chovia...

F.F. – Era tudo terra?

I.G. – Era, naquela época. Era jipe. Então, eu me lembro que os colegas do banco foram me buscar no aeroporto e buscar o gerente, também, que foi comigo. E no carro, eles diziam assim: “Olha, Ilmar, tem um casamento hoje. Você quer ir? Vai ter uma festa de casamento.” Eu digo: “Rapaz...” “Você trouxe paletó?” “Trouxe. Trouxe paletó, gravata, tudo. Dá para ir. Não tenho outra coisa para fazer de noite, então, vou para o casamento.” E fui para o casamento. Era de um colega do banco. A minha mulher, a Terezinha, prima dele, recebendo os convidados à porta.

F.F. – Era prima do noivo?

I.G. – Prima do noivo. Recebendo os convidados. Aí, quando eu apertei a mão, assim, disseram: “Aqui é um novo funcionário do banco que chegou.” Quando eu olhei, aí já viu, houve uma empatia, uma coisa que... E dali já...

F.F. – Amor à primeira vista.

I.G. – À primeira vista, mesmo. Ali foi à primeira vista, na expressão máxima do termo. Porque aí, no dia seguinte, eu já andei procurando por ela e tal. Ela veio para o Rio de Janeiro passar uns dias, eu vim atrás. Eu pedi uma licença lá e vim atrás. [riso] Uma coisa horrível! Eu nunca pensei em casar. Com menos de um ano eu já estava casado. Fiquei lá. Aí o banco... O prazo do banco... O trabalho que eu fui fazer, eu fiz logo e acabou. Mas houve a revolução e um

capitão que comandava a Força Federal em Rio Branco, que me conhecia do banco, porque ele ia lá ver se chegou o dinheiro, se não chegou, essa coisa, e ele falava comigo...

F.F. – Banco do Brasil do Acre?

I.G. – O Banco do Brasil do Acre. Eu lá. Aí ele chegou... É uma outra história. Ele meteu os pés pelas mãos. Eu assisti à sessão da Assembleia Legislativa. Um dia, ele obrigou os deputados a declarar vago o cargo de governador, que foi eleito legitimamente, e eu me lembro que um... Aí ele levou uma emenda à Constituição, a emenda da eleição indireta, pela Assembleia, para governador; ele entregou lá e aí o presidente disse: “Agora nós vamos...” Me lembro bem, eu, assim, à janela, de braço [cruza os braços], assim, olhando para dentro da Assembleia. O presidente disse: “Muito bem. Vamos mandar publicar no *Diário Oficial* a emenda constitucional e, depois de publicada, nós nos reuniremos de novo para resolver o problema do governador.” Aí ele chegou: “Negativo. Negativo. Essa emenda é para ser aprovada agora. Publica depois, mas está aprovada pela Assembleia e entra em vigor neste momento.”

F.F. – E no plenário?

I.G. – No plenário da Assembleia. Aí, terminado aquilo... Está bom. Aprovou a emenda. E ele disse: “Agora vamos fazer a eleição.” Eu me lembro que saiu um deputado, levantou e disse: “Nós não temos ainda nome de candidato, vai ser um trabalho ainda de verificar isso, eu sou do PTB, o PTB não... Nós temos que escolher um candidato.” Ele disse: “Não. O candidato está aqui”, aí soltou a cédula com o nome dele.

N.J. – “O candidato sou eu.”

I.G. – Saiu governador. Depois eu me dei bem com ele.

F.F. – Saiu dessa sessão governador do Acre?

I.G. – Saiu governador do Acre. Foi ali, obrigou a Assembleia a votar, governador do Acre. Depois ele organizou o governo e me chamou para trabalhar com ele. Foi o que me salvou. Eu

fui requisitado ao Banco do Brasil. O Banco do Brasil me pôs à disposição do governo do Acre. Em seguida, eu fui dirigir o banco...

N.J. – Salvou no sentido de que não precisava voltar para o Rio.

I.G. – De que não precisava voltar para o Rio. Me salvou de retornar. Eu estava numa situação... Como é que eu ia fazer, se minha futura mulher estava lá? Eu tinha que dar um jeito de ficar por lá, porque senão eu acho que não... Eu perderia essa oportunidade.

N.J. – Espaço vazio...

I.G. – Que coisa, rapaz!

F.F. – Espaço vazio, ministro?

N.J. – Ele saía, deixava o espaço vazio, alguém ia ocupar o espaço.

F.F. – Certo.

I.G. – Bom, fiquei lá à disposição. Aí foi fundado... Criou-se o Banco de Fomento do Estado do Acre; o governador me confiou a direção desse banco, eu fiquei dirigindo o banco; passou uma temporada, abriu uma agência em Porto Velho, abriu uma agência em Manaus; e muita dificuldade e dinheiro pouco para movimentar o banco. Estava naquela dificuldade, meio desanimado, quando o Castelo Branco criou a Justiça Federal. O senador José Guimard dos Santos, um mineiro, senador pelo Acre, que tinha sido governador, general, chegou lá a Rio Branco, me chamou, “Ilmar, vem cá, deixa eu lhe dizer aqui uma novidade. O presidente Castelo Branco perguntou se eu tinha um nome para ser juiz federal do Acre.” Você sabe que os juízes federais, naquela época, foram indicados, pelo mesmo processo de ministros do Supremo, o mesmo processo: o presidente escolhia, enviava o nome ao Senado, o Senado aprovava o nome e ele nomeava. Aí eu... “E aí, senador?” Ele disse: “Aí eu disse que eu tinha um nome, e era o seu nome.” “Ah, senador, não, espera aí, vamos pensar nesse negócio direito. Eu nunca pensei em ser juiz na minha vida.”

F.F. – Qual senador era esse, ministro? Desculpa. Que senador era esse?

I.G. – José Guimard dos Santos, general e senador e ex-governador do Acre, no tempo do território. Aí a família da Tê, “não, isso é bom”, aquela...

N.J. – “Não deixa escapar esse cara aí.”

I.G. – [risos] Vamos pegar esse camarada aí. Rapaz! Ganhava-se uma miséria. Não dava para pagar um aluguel no Acre. Que coisa! Lá vou eu. Eu já estava com a advocacia engrenada em Rio Branco e já rendendo. Uma advocacia boa. Tinha pouco advogado. E eu então... Lá vou eu ser juiz federal. Vim para Brasília tomar posse.

F.F. – Ministro, podemos...? Até a magistratura federal existem dois detalhes que talvez mereçam um pouquinho de desenvolvimento. Logo quando chegou, ainda em 1964, o senhor... Confere a nossa informação de que o senhor se tornou diretor do Conselho Regional da OAB do Acre?

I.G. – Ah, sim! Eu ingressei no Conselho. Eu ingressei no Conselho, depois fui do Conselho de... de Educação, depois fui do Conselho Penitenciário...

F.F. – Regional de Desportos do Acre, também. Aí já no Governo do Estado.

I.G. – Sim, no Governo do Estado.

F.F. – E, portanto, os cargos que o senhor ocupou no Banco do Brasil – diretor de Organização e Controle; diretor da Carteira de Crédito... O senhor nunca se aproximou do jurídico.

I.G. – E depois, presidente. Depois, presidente. Depois de diretor de Crédito...

F.F. – Presidente do Banco... em 1966.

I.G. – Presidente do Banco do Estado.

F.F. – Mas nunca o senhor teve um cargo jurídico no banco? Ou não?

I.G. – No Banco do Brasil?

F.F. – No Banco do Brasil.

I.G. – Não, não cheguei... Eu fui nomeado. Nesse período, eu fui nomeado... Foi um dos argumentos que eu usei para o Guiomard. Eu disse: “Senador, aquilo que eu pretendia na minha vida, o sonho da minha vida, eu consegui, que foi a nomeação para advogado do Banco do Brasil.” E o Banco do Brasil me colocou em Porto Velho, que era uma praça boa para a advocacia na época porque tinha pouco advogado. Ia dar para faturar alguma coisa. Então, era... Ele... “Não, não. Você não me faça passar uma decepção dessa. Não me faça.” “Então está bem.” A família veio, cercou, fui ser juiz federal do Acre. Como juiz federal do Acre, nós entramos... O Acre era um problema sério na época, viu, Jobim. Era um estado com sete comarcas e um juiz só. Um juiz e um promotor advindos do território; um tribunal de sete membros com três só, com três desembargadores. Não se conseguia preencher esses cargos. Aí surgiu a ideia da Faculdade de Direito. “Vamos fundar uma Faculdade de Direito?” “Vamos. O que é que custa? Vamos falar com o governador.” Falamos com o... Não era mais o coronel... o capitão; já era o Kalume, Jorge Kalume, que foi depois senador. Fomos lá com o Jorge Kalume. “Para que faculdade?” Eu digo: “Não, senador, é uma coisa importante. Olhe o estado, não tem um delegado formado. Tem que preencher esses cargos.” “Está bom. Então vocês podem...”

F.F. – O senhor então participou do movimento de fundação...?

I.G. – De fundação de uma Faculdade de Direito.

F.F. – Pública?

I.G. – Do estado.

F.F. – Estadual.

I.G. – Estadual. Fundamos essa Faculdade de Direito. Havia seis advogados no Acre, que passaram a ser o corpo docente. E eu fui encarregado de ir ao Rio cuidar da... O Conselho Federal de Educação tinha que aprovar. Não se podia criar curso superior sem o aval do Conselho de Educação. Fui ao Rio, lá naquele prédio onde era o Ministério da Educação, aquele prédio do Niemeyer. Funcionava ali.

F.F. – Palácio Gustavo Capanema.

I.G. – Isso. E eu fui lá e ingressamos com o processo. Eu fiquei ali uns dois dias. [E o processo] caiu na mão de um ministro... de um conselheiro do Paraná cujo nome eu não me recordo mais. Era um sujeito durão, horrível. Eu fui falar com ele, ele disse: “Não. Essas faculdades vagabundas, nós não aprovamos, não”. Usou esse termo. “Faculdade vagabunda não passa por aqui pelo Conselho, não.” Ele foi para o Paraná. Eu fui visitar o Aldir Passarinho, que era juiz federal como eu, aí o Aldir disse: “Olha, a minha mulher, Yesis, ela é do Conselho. Ela assessora o presidente. Vá lá.” Eu fui lá, falei com ela, ela disse: “Me dê esse processo, o número do processo.”

F.F. – O senhor já conhecia o...?

I.G. – O Passarinho? Não. Eu fui dar uma olhada na Justiça Federal, como era a Justiça Federal no Rio de Janeiro. Eu estava lá no fim do mundo. Aí a Doutora Yesis... “Me dê aqui que eu vou dar um jeito nisso.” E não sei o que ela fez que passou o processo para a mão de um baiano, o Madureira de Pinho. O Madureira de Pinho deu o parecer favorável. Pronto. Eu voltei para o Acre. Ah! Foi uma glória, uma faculdade já oficializada. Depois, a faculdade começou a funcionar, muito bem e tal, nós fizemos o vestibular, a primeira turma. Aí, quando o Jarbas se tornou ministro da Educação – o Jarbas é acreano –, nós cercamos o Jarbas e o Jarbas então autorizou que se fizesse uma universidade estadual. Eu me lembro que o Kalume me disse: “Ilmar, você cuida disso. Faz a lei [gesticula como se escrevesse em uma folha] criando a universidade.”

F.F. – Federal, não?

I.G. – Não. Ainda estadual.

F.F. – Ainda estadual. Perdão.

I.G. – Porque tinha que primeiro ser estadual. Aí eu fiz a lei criando a faculdade. Tinha que ter, se não me engano, sete unidades. Só havia direito e economia, e aí pensamos, conversamos assim: “Vamos criar a universidade. Vamos criar a Faculdade de Agronomia, a Faculdade de Letras, a Faculdade...” Fizemos sete. Fizemos a lei criando, o Kalume assinou a lei, criou-se. Aí, então, demos em cima do Jarbas para ele federalizar e ele federalizou a faculdade [sorriso]. Hoje, é uma universidade belíssima.

F.F. – É a atual Universidade Federal do Acre?

I.G. – Do Acre. Tem até medicina. Você vai ao Acre e, às vezes, na época de vestibular, o avião vai cheio de jovens do país inteiro. “O que vocês vão fazer no Acre?” “Fazer vestibular para medicina.” E ficam lá. Então, fizemos a universidade. Eu fui diretor, depois, da Faculdade de Direito; exerci a reitoria algumas vezes; me empolguei com aquilo. E passado uns tempos, minha filha, a primeira filha, ela já estava com 12 anos, querendo fazer engenharia. “Ixe! Agora ficou ruim. Agora tenho que ir embora.” Vim aqui à posse de um ministro, do Otto Rocha... O Otto Rocha deixou uma vaga aqui na 2ª Vara. Eu concorri nessa... Eu fui lá com o Peçanha Martins, o velho, que era o ministro presidente do Tribunal Federal de Recursos, e ele foi logo dizendo: “Nem pense que você vai conseguir essa remoção porque não vai, porque tem sete concorrentes, cada um mais forte.” E, interessante, a minha mulher, nessa altura, estava comigo e disse: “Ministro, o senhor pode escrever aí, vai ser ele.” Aí eu digo: “Mas que história é essa?!” [riso] “Vai ser ele. Ele é que vai vir para a 2ª Vara.” Ela saiu dali e foi falar com o Geraldo Mesquita, que foi senador e era governador do Acre e gostava muito dela, Tequinha para lá, Tequinha para cá. “E o que você quer, Tequinha?” “É o seguinte, Ilmar está concorrendo aqui à 2ª Vara e o Peçanha Martins disse que ele não tem a menor chance, e eu venho contar com você, Mesquita” – ela o chamava de Mesquita. “Ah, é isso? Me dê o

requerimento dele.” Aí dei uma cópia. Ele: “Pode deixar. Amanhã...” No outro dia ou, sei lá, dois dias depois, foi lá ao Geisel, contou a história e o Geisel disse: “Ah, está certo, ele é que tem que vir. Ele já está há tantos anos no Acre, ele é que tem que vir para cá. Tá na hora.” E aí ficou com aquilo na mão – a coisa interessante é isso –, botou na gaveta o meu requerimento, e o Geisel ficou... E de vez em quando o Armando Falcão ia, levando uma nomeação de um outro juiz, o Geisel olhava e dizia: “Não é esse, não.” Abria a gaveta... Quem me disse, depois, foi o professor Carvalho. Ele abria a gaveta...

N.J. – O professor Carvalho é um personagem que... Ele foi o corretor de todas as leis aqui do Brasil durante anos. Inclusive, depois da revolução, inclusive continuava.

F.F. – Qual é o nome dele?

N.J. – Era professor Carvalho.

I.G. – Professor Carvalho. O nome dele todo, eu não sei, não.

N.J. – Todo mundo conhecia por professor Carvalho.

F.F. – E ele era um funcionário da Presidência?

N.J. – Era funcionário da Casa Civil.

I.G. – Era da Casa Civil. Aí ele puxava a gaveta, “não é esse, não”. O tempo foi passando. Na véspera de o Geisel deixar o governo, na véspera de deixar o governo, em 15 de março... 14 de março, ele abriu... limpando as gavetas, ele encontrou lá. Isso, o tempo foi passando, o tempo foi passando. O Armando Falcão ia lá e ele mandava voltar. Na véspera, ele... “Puxa! Eu não assinei.” Chamou o professor Carvalho e disse: “Vá no Ministério da Justiça, traga esse decreto de remoção desse rapaz.” Aí o professor Carvalho foi lá – ele contou para mim –, foi lá, trouxe o decreto e o Geisel... pá! Eu fui removido, com essa dificuldade toda, mas com esse apoio do Geisel, que não me conhecia, também, nunca falei com ele. Aí eu vim aqui para a 2ª Vara. E aí

tem a história que vem de... Para chegar ao Supremo, é uma história comprida. Não sei se tem que constar. Você acha que eu tenho que constar?

F.F. – Eu creio ser pertinente. Mas como o senhor desejar.

I.G. – Então, eu vim para a 2ª Vara.

F.F. – Mudança do Acre para Brasília.

I.G. – Para Brasília.

F.F. – Pensou quantos minutos, para vir para Brasília? Foi mais de um?

I.G. – [riso] Isso levou meses, rapaz, meses, esperando essa transferência. Vim para cá e aí encontrei os processos do Otto Rocha, que já morreu – a vaga era dele – e tinha um horror a processo, pelo que eu acho, porque o que tinha...

N.J. – Herdou uma [inaudível].

I.G. – Naquela época, tinham milhares de mandados de segurança prontos para sentença. Prontos. Eu cheguei aqui, arregacei as mangas: era sábado, domingo, feriado, Semana Santa, Carnaval... Pá-pá-pá. Até que zerei. Repercutiu no Tribunal de Recursos, a chegada desses processos. Eu me lembro que o Madeira dizia: “E aí, rapaz, e aquelas sentenças?” Eu digo: “Estão indo aí. O senhor não tem recebido, não?” “É, tenho. Tô brincando.” Bom, aí repercutiu. Quando houve a lista para uma vaga no Tribunal, eu já saí na cabeça da lista – com cinco anos em Brasília, cabeça da lista para ir para o Tribunal Federal de Recursos. Estava presente... Aí não sei se isso aí vale a pena, mas... Estava presente, no plenário do Tribunal Federal de Recursos, o Frederico Marques. Veja a história! O Frederico Marques vira para um advogado do lado, que já morreu, o Alcino Guedes, e diz assim: “Doutor Alcino, quem é esse rapaz aí que saiu na lista em primeiro lugar?” Ele diz: “É um juiz aqui da 2ª Vara.” “O senhor podia me levar lá para eu dar essa notícia para ele?” Aí o Alcino disse: “Claro! Agora mesmo. Vamos lá?” “Vamos.” Eu estava numa audiência, quando entra o Frederico Marques, que era um

homem... assim, do tamanho do Jobim [aponta para o Min. Nelson Jobim]. Era bem alto, não era, Jobim? E o Frederico chegou lá... Quando eu vi... Eu não o conhecia, mas pelo porte e porque ele estava na companhia do Alcino, porque eu sabia que o Alcino trabalhava nas ações dele aqui... Aí eu parei a audiência, me levantei, fui lá e disse: “Professor, quanta honra. Para mim, é uma honra muito grande. Eu, que estudei pelos seus livros de processo penal, agora estou aqui na sua presença.” Ele disse: “Olha, não vamos interromper seu trabalho, não. Mas o senhor já sabe o que aconteceu lá?” Eu digo: “Não.” “O senhor foi indicado... indicado não, o senhor integrou a lista em primeiro lugar, a lista tríplice para ministro do TFR.” “Ah, não diga, professor!” E aí ele me deu um abraço e foi embora. Passado uns dias, vem o Alcino e me diz: “Olha, o professor Frederico Marques mandou saber se você quer que ele trabalhe para você, para a sua nomeação.” Vê que coisa, rapaz! Aí eu digo: “Ora, Alcino, você ainda vem para cá me perguntar isso, rapaz?! Podia responder na hora.” “Está bom, eu respondo.” O tempo foi passando, foi passando. Aí, como demorou muito...

F.F. – Qual foi a resposta, ministro? O senhor quer que ele trabalhe para a sua candidatura?

I.G. – Eu disse a ele que queria, queria que ele trabalhasse por mim, claro! Eu não tinha ninguém. Eu tinha chegado do Acre – o Acre não tinha ninguém – e vinha o Frederico Marques... Bom, o tempo foi passando, foi passando, uma dificuldade danada, não resolvia... Um dia, eu saí daqui da 2ª Vara e disse: “Eu vou ao Supremo falar com o Madeira.” Porque a vaga era do Madeira – o Madeira foi que deixou a vaga –, amigo do Sarney. Aí, cheguei lá no Supremo, sentei, e aquela discussão, o Moreira Alves não deixava ninguém falar, e eu achando aquilo interessante, o Moreira Alves, na presidência, não deixava ninguém votar. [riso] Quando terminou a sessão, aí o Madeira levantou, aquela figura foi, foi, foi, encostou no Madeira e ficaram conversando. Eu digo: “Meu Deus do céu! Agora só faltava essa, eu não posso falar com o Madeira!” O tempo foi passando, foi passando e nada. Eu levantei. “Vou lá.” Fui chegando perto e diz o Madeira: “Ilmar, o que o traz aqui?” Aí, quando ele falou assim, “Ilmar”, o camarada que estava ali junto diz assim: “É Ilmar Galvão?” Aí o Madeira diz: “É Ilmar Galvão.” “Não me diga!” “Por quê?” “Porque eu estou em Brasília justamente por causa dele. Eu vim a Brasília por causa dele. O professor Frederico Marques me encarregou de vir a Brasília para falar com o Zé, o Zé Sarney” – o Saulo era muito amigo do Sarney –, “para falar com o Zé para nomeá-lo. É para isso que eu estou aqui. Muito prazer, Ilmar! Você está me

dando esse trabalho, mas é um trabalho que eu faço com satisfação. Foi o professor que pediu.” Eles eram sócios, lá em São Paulo, num escritório. “Me dê seu telefone.” Aí eu dei o telefone de casa. Já era assim... já anoitecendo. Ele disse: “Eu vou atravessar aqui e vou lá com o Zé e depois eu lhe ligo.” Aí, eu estava em casa, ele ligou e disse assim: “É Ilmar que está falando?” “É Ilmar Galvão.” “É Saulo Ramos, Ilmar. Olha, falei com o Zé. O Zé disse que você estava concorrendo com dois fortes juízes, um juiz de São Paulo e um de Minas. Aí eu disse para ele ‘Mas o Madeira desempata. O negócio está empatado entre os dois, mas o Madeira desempata, não é, Zé?’ e ele disse ‘É, o Madeira desempata. Por quê?’ ‘Porque o Ilmar é candidato do Madeira.’ Aí o Zé disse ‘Não tem problema.’” Aí ele ligou para mim e disse: “Olha o decreto sai terça-feira”, a minha nomeação [riso]. Foi assim que eu fui para o Tribunal Federal de Recursos, foi pela mão do Frederico Marques, que eu nunca mais vi. Fiquei devendo ao Frederico Marques ir a São Paulo fazer uma visita, um agradecimento. Mas não cheguei a ir, lamentavelmente. E, por fim, veio o Supremo Tribunal... O Supremo Tribunal foi assim...

F.F. – Rapidamente, como foi essa sua experiência no TFR?

I.G. – O Supremo Tribunal foi assim: o Collor assumiu e notou que cinco ministros... O Supremo perdeu cinco ministros do Norte e do Nordeste. Cinco ministros se aposentaram. Esse que até hoje está vivo, o amazonense...

N.J. – Já te digo. É um todo elegante.

I.G. – É. Esse amazonense, daqui a pouco vem o nome...

N.J. – Xavier de Albuquerque.

I.G. – Xavier de Albuquerque. Xavier de Albuquerque, do Amazonas; Carlos Madeira, do Maranhão; o Passarinho...

F.F. – Aldir?

I.G. – ...Aldir Passarinho, do Piauí; e dois de Pernambuco, que era esse que você falou hoje o nome dele aqui...

F.F. – Rafael Mayer?

I.G. – ...Rafael Mayer, e o Falcão, de Pernambuco. Saíram cinco. E foram substituídos por gente de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

N.J. – Sul e Sudeste.

I.G. – Ficou o Norte e o Nordeste sem ninguém. Isso uma pessoa me informou. Foi o Marco Aurélio que me informou, que era meu vizinho. Ele disse: “O Collor está muito preocupado com isso, muito preocupado.” Quando foi um dia, no Carnaval, em pleno Carnaval, o Marco Aurélio... a gente bebendo uísque, diz o Marco Aurélio: “Ilmar, essa vaga do Supremo, o que você acha?” Eu digo: “Eu acho que tem um bom candidato que é o Inocêncio, que é um homem de valor, o Inocêncio Mártires Coelho.”

N.J. – Inocêncio Mártires Coelho.

I.G. – Ele disse: “Não, rapaz, estamos falando de você.” “O quê, rapaz?! Que negócio é esse?! Não, não, Marco Aurélio, não vamos tocar nesse assunto mais, não. Daqui a 15 dias, justamente daqui a 15 dias, eu vou lá ao seu apartamento para a gente voltar a essa conversa. Mas, por enquanto, encerra.”

F.F. – O senhor o conhecia de serem vizinhos.

I.G. – ãh?

F.F. – O senhor o conhecia de serem vizinhos ou de algum outro ambiente?

I.G. – O Marco Aurélio? Meu vizinho. Meu vizinho de apartamento. Viviam as portas abertas, dos dois apartamentos, e essa menina [aponta para a filha, Ludmila Galvão, presente na

entrevista], que era uma meninada, corria de lá do fundo do apartamento dele – e os filhos dele, também – até o fundo do meu apartamento. Era para lá e para cá o dia todo, aquele grupo de meninos. Aí eu fui lá. Eu digo: “Marco Aurélio, aquela conversa... Eu vim aqui por causa da...” Ele disse: “E aquela conversa? É para valer, aquela conversa. O que você acha?” Eu digo: “Rapaz, você acha que isso aí tem alguma possibilidade?” Ele disse: “Tem, rapaz. Estou lhe dizendo, o Collor tá preocupado. E já disseram para ele”, deve ter sido o Marco Aurélio, “que você atende – é baiano e ligado ao Acre, vinculado ao Acre –, você atende a essa exigência dele.” Aí eu digo: “E o que eu tenho que fazer, Marco Aurélio?” “Você tem que fazer uma cobertura política. Não é para nada, não. Não depende disso, não. Não vai depender, não. Mas é para vender, para o governo vender essa nomeação.”

N.J. – Para evitar o veto, o veto político.

I.G. – Aí eu pensei comigo: “Meu Deus, o que é que eu faço?” Perguntei... Eu tinha um colega aqui, um amigo aqui que me substituína na UnB, nas aulas, que era o Ítalo Fioravanti...

F.F. – Um pequeníssimo parêntese: o senhor foi transferido da então Federal do Acre para a UnB...

I.G. – Para a UnB.

F.F. – ...quando veio para Brasília?

I.G. – É. Aí continuei dando aula. Eu dei aula...

F.F. – Essa transferência foi um processo, imagino, muito tranquilo.

I.G. – Ali foi fácil, porque o Marco Maciel, como ministro da Educação, ele praticou um ato, me colocou como integrante do quadro em extinção do Ministério da Educação e me mandou para a UnB. Fiquei dando aula 18 anos lá. Bom, aí eu falei com o Ítalo, que me substituína, “Ítalo, você podia falar com o governador? Você conhece o governador de Mato Grosso?”. “Conheço.” “Fala com ele isso. Há uma possibilidade de eu ser ministro do Supremo.” Ele

disse: “Pois não. Pode deixar, Ilmar.” Ele foi, falou e o governador falou com o Collor. Eu pedi ao governador do Acre, que veio aqui, também, e falou com o Collor. O Gilberto Mestrinho era governador do Amazonas, aí é aquela história, “é um candidato da Amazônia e tal”, e o Mestrinho também veio e falou com o Collor. Só não pedi do Pará, por causa do Inocêncio. O Inocêncio é paraense. Eu não ia me atravessar na frente do Inocêncio. Tinha um pessoal do Rio Grande do Norte, também, que pediu ao governador. Aquilo era só *pro forma*, porque já estava... o Collor já tinha decidido. O Collor chegou ao Paraná duas vezes, uma em Foz de Iguaçu e outra em Curitiba, e aí reuniram os deputados e a bancada exigiu do Collor a nomeação do ministro do Supremo. O Collor disse: “Para essa vaga, eu já tenho candidato. Vamos ver... Na outra eu ponho; nessa não.” Então, aquilo me animava, eu achava... “Eu acho que tem qualquer coisa aí, mesmo.” [riso] Quando foi, rapaz, no dia 1º de maio de 1991, eu estava em casa, recebi um telefonema do Jarbas Passarinho, se eu podia comparecer ao Ministério da Justiça. Aí eu botei o paletó, a gravata... Era feriado, mas eu... Fui para lá, para o Ministério da Justiça. Chego lá, o Passarinho diz assim: “Ilmar, eu não sei... O presidente pediu a sua presença lá no palácio. Eu não sei do que se trata. Eu desconfio.” Eu disse: “Eu também desconfio.” [riso] “Você sabe que eu tinha um candidato, que era o Inocêncio”, ele me dizendo. Eu digo: “É meu candidato também.” “Vamos lá.” Me botou no carro e me levou lá. Eu entrei no gabinete, o Collor começou a conversar, a contar história, contou umas histórias de uns comícios que ele andou fazendo na Bahia, que teve uma repercussão negativa porque ele falou umas coisas impróprias, ele contou aquilo, justificou e, no final da conversa, ele disse assim: “Ministro, o senhor sabe por que eu mandei chamá-lo aqui?” Eu digo: “Presidente, eu desconfio, eu desconfio, porque já ouvi o zunzum por aí.” Ele disse: “É, é para convidar... saber se o senhor aceita a indicação para o Supremo Tribunal.” Eu digo: “Ah, presidente, isso é uma pergunta... Eu sou juiz de carreira, praticamente juiz de carreira, fui juiz de primeiro grau, fui juiz no Acre, não podia nunca recusar um convite desses, embora eu não me ache à altura”, aquela história sempre, “mas se Vossa Excelência está achando que eu poderia ocupar essa vaga...” Tocou uma campainha, chamou o Jarbas, o Jarbas chegou, ele disse: “Olha, ministro, o ministro Ilmar Galvão acaba de me dizer aqui que aceita a indicação para o Supremo Tribunal. Queira comunicar esse fato ao líder do governo no Senado, ao presidente do Supremo e ao presidente do STJ.” Eu me lembro bem que o Passarinho disse assim: “Presidente, hoje é feriado, esse pessoal não está. Está tudo fechado hoje.” Ele disse: “Mas devem estar em casa. Comunique nas casas para os três.” Aí eu agradei, saí, fui-me embora. Saiu a indicação, saiu

a nomeação, houve uma sabatina aqui... Aliás, fui para a sabatina que não houve, porque houve... Uns senadores que me conheciam começaram a discursar, que me conheciam não sei de onde e que tal e não sei o quê. Aquilo tomou o tempo e não houve pergunta nenhuma de ninguém e eu fui nomeado. Tomei posse no Supremo Tribunal, uma coisa... um sonho, uma coisa incrível, uma coisa incrível, porque eu nunca pensei nisso. Não foi um sonho de minha parte, de um dia chegar... Como é que eu ia pensar nisso? Eu via como era a sucessão no Supremo, era [gesticula com os braços indicando que isso era muito trabalhoso]... Ah! Tinha uma precaução. O Roberto Rosas disse assim... “Olha, Ilmar...” Eu contei. Isso aí eu contava para ele.

N.J. – Roberto Rosas é um advogado aqui de Brasília.

I.G. – É um advogado que tem aqui. Ele disse assim: “Olha, vamos fazer uma coisa. Há uns jornalistas lá no Rio que de vez em quando ligam. Eles ligam, perguntando ‘quem é esse Ilmar Galvão que está cogitado aí para o Supremo?’.” E ele me disse: “Eu já respondi a um ou dois, dizendo assim, ‘Nada, rapaz! É coisa nenhuma! Para o Supremo, vai ser nomeado um desembargador de Alagoas. Já está escolhido.’” Para evitar a pancada. [riso] E aí, então, eu fui... Sem que um jornal dissesse que havia esse candidato ou aquele. Só saiu a notícia da nomeação... da indicação.

N.J. – Da mensagem.

I.G. – Da mensagem.

N.J. – A mensagem para o Senado.

I.G. – Fui para o Supremo, fiquei 12 anos, convivi com os maiores luminares que eu considero, do direito brasileiro, pessoas com... como ele [aponta o dedo para o Min. Nelson Jobim], que veio depois, Nelson Jobim. Inteligências fulgurantes, todos eles: ele; o Moreira Alves, que realmente é um dos maiores juristas vivos – um dos maiores juristas brasileiros ainda vivos é o Moreira Alves –; Pertence, que é uma inteligência também fora de série; o Celso, um homem

com uma formação extraordinária, também; o Marco Aurélio, muito inteligente, meio combativo assim, mas...

N.J. – Ferrinho de dentista. [risos]

I.G. – Inteligente. E eu, naquele meio ali, usufruindo essa companhia de pessoas desse nível. Eu nunca imaginei na vida que um dia ia ter o direito de sentar numa reunião em que estivessem essas figuras. Não estou querendo ser modesto demais, não. Não é excesso de modéstia, não. Não pensava, não, sabe? Não pensava que um dia pudesse ter assento. Foi assim.

F.F. – O senhor se lembra do primeiro dia como ministro do Supremo, seu primeiro dia de trabalho no Supremo Tribunal? Como o senhor foi recebido...

I.G. – O primeiro foi bom... Não. Não foi bom, não. Tinha uma lei... Uma lei ou um decreto? Uma lei. Tinha uma lei do Collor criando uma taxa, não sei se era sobre gasolina... uma coisa assim. E eu fiquei numa situação difícil, porque eu tinha sido nomeado, tomado posse ali, e ele tinha um interesse grande nisso. Mas é aquilo que eu dizia hoje várias vezes, disse lá em Ribeirão²: o juiz não pode nunca julgar contrariando as suas convicções. Como eu tinha uma convicção de que aquela taxa não tinha como transitar, perante a Constituição, eu então votei contra. Depois veio... Eu fui sorteado como relator do processo do Collor, o processo crime. Foi, realmente, um período difícil, porque...

F.F. – E no mandado de segurança, o senhor estava...

I.G. – No mandado de segurança, eu estava...

F.F. – O senhor estava prevento, então, quando ele impetrou o mandado de segurança, por ter sido...?

² O entrevistado, Min. Ilmar Galvão havia chegado há pouco de viagem de Ribeirão Preto/SP, onde fizera uma palestra para estudantes numa faculdade de direito local.

I.G. – Não. Eu não estava prevento, no mandado de segurança. O mandado de segurança foi antes, não é? Era o problema dos direitos políticos. E fomos vencidos.

F.F. – O senhor relatou ambos?

I.G. – Não. O relator, não me lembro se era o... Quem era mesmo, não me lembro, se era o Gallotti... Nós fomos vencidos. Porque dois ministros se deram por impedidos, por suspeitos, que era o Marco Aurélio e o Rezek, que tinha sido ministro do Exterior do Collor, das Relações Exteriores...

N.J. – E o Marco Aurélio é primo do Collor.

I.G. – Então, ficamos nove. Eu não sei se o Sydney Sanches votou. Porque o Sydney tinha sido presidente do...

N.J. – Do [processo de] *impeachment*.

I.G. – ...do Tribunal Especial, presidiu o Senado. E aí eram oito. Eu sei que eu votei junto com o Moreira Alves; se não me engano, com o Celso... uns três. O Supremo convocou dois ministros... três ministros do Tribunal Federal de Recursos...

N.J. – Do STJ.

I.G. – Não, do STJ.

F.F. – Já STJ.

I.G. – Esses três ministros deram, cada um, o seu voto contra o Collor. Eu votei a favor; o Moreira Alves... Ah, sim, tinha o Brossard, também. O Moreira Alves, foi até interessante, porque o Moreira Alves, nesse dia, ele disse assim: “Senhor presidente, eu não estudei esse caso, eu não me aprofundi no exame dessa matéria, porque eu tinha em mãos o único livro sobre *impeachment*...”

N.J. – Que era o livro...

I.G. – “...da autoria do ministro Brossard, em que está lá bem escrito, com todas as letras, ‘havendo renúncia antes do julgamento, o processo se extingue automaticamente’. Porque a pena é a perda do cargo. Não tem mais cargo para perder. A outra pena, que é dos direitos eleitorais, direitos políticos, essa é acessória. O acessório segue o principal. Não tem mais o principal.” Eu me lembro que o Moreira Alves, em duas palavras... [riso] Nós perdemos. Aí veio o processo crime. Foi uma luta grande. Por que uma luta? Uma luta da imprensa em cima de mim. Essa revista *Veja* e outros jornais, a *Folha de S. Paulo* vinham atacando: fiz carreira no Acre, como é que podia estar no Supremo àquela altura; “como é que pode relatar um processo desse”; essas coisas assim. Eu tive que reunir o Supremo Tribunal Federal, para saber se eu podia continuar como relator, se eles achavam que eu tinha competência, ou então se eu tinha... minha situação era... diante desses ataques. Aí, o Supremo reunido, por unanimidade, disse: “Não. O senhor vai continuar como relator.” Eu digo: “Mas tem que publicar uma nota.” Aí o Brossard redigiu uma nota para os jornais. Aí diminuiu um pouco aquela pressão. Mas, mesmo assim, era interessante, viu, professor, porque na quinta-feira vinha um tal de... até amigo do Velloso, Serra Azul... parece que era Serra Azul, que era da *Veja*, que dizia assim: “Ministro, eu podia lhe falar?” “Pois não.” “Olha, domingo vai sair... nessa edição dessa semana vai sair uma nota contra o senhor.” Eu digo: “E o que eu posso fazer para evitar? Tem algum meio?” “Não, não tem meio.” Eu sabia o que ele queria. Ele queria que eu decretasse a prisão do Collor. Todos eles queriam que eu decretasse. Inclusive um maioral lá da *Veja* veio no meu gabinete para exigir isso. Eu não vou mencionar porque isso já deu ensejo a um atrito, porque eu falando isso... Eu não conhecia o Collor. Vim conhecer o Collor melhor agora, como senador, e acabei... Ele veio me agradecer, eu disse: “Não, senador, o senhor não tem nada a agradecer. O Supremo Tribunal julgou, fez justiça, no seu caso.” E aí eu contei isso, que recebi a visita de alguém lá da *Veja* importante e que veio me prometendo... Se eu prendesse o Collor, ele me daria as páginas amarelas para eu dar uma entrevista. Essas coisas assim, essas bobagens. E eu então recusei, e aí eu lembro bem que ele perguntou: “Por que o senhor não faz isso?” Aí eu disse: “Porque eu sou juiz. Eu não sou político; eu sou juiz. Estou julgando um processo crime, examinando as provas etc. como juiz.” Aí saiu, no domingo seguinte, saiu assim: o meu retrato, a minha fotografia, e embaixo, “visceralmente juiz”. [riso] Eu tenho

guardado, essa fotografia. “Visceralmente juiz.” Foi um elogio para mim. Eu gostei demais. Mas houve inclusive ameaça de morte, ameaça a pessoas...

F.F. – O senhor foi ameaçado de morte?

I.G. – Sim. Assim, por e-mail... Não era e-mail, naquela época.

F.F. – Carta anônima?

I.G. – Como era o nome desse...? Telex. Não havia e-mail; era telex. Vinha um telex ameaçando, ameaçando pessoas da família, meus familiares: “O senhor preza seus familiares?”

F.F. – E tudo anônimo?

I.G. – Tudo anônimo. Não sei se... Botava um nome qualquer. Essas coisas, eu guardo, para quem sabe, um dia... eu jogar fora mesmo, porque não tenho nem tempo para isso. E foi assim, duro, foi duro, foi um negócio sério. E eu pensei comigo: “Eu morro, mas julgo isso da maneira que eu entendo que deve ser julgado. Ninguém vai me pressionar para eu mudar de opinião.” Então, foi o que eu fiz. Para minha surpresa, absolvendo o Collor, o Tribunal me acompanhou: foram cinco votos contra três. O Collor foi absolvido das acusações por cinco a três. Foi, realmente, a passagem mais difícil que eu tive, nesses 12 anos no Supremo Tribunal. O resto foi tudo bem.

F.F. – Poderíamos dizer que foi o momento mais marcante que o senhor viveu como ministro do Supremo, foi o julgamento do presidente Collor?

I.G. – Foi. Foi esse processo. Houve uma coisa interessante no Supremo, que ele... [aponta para o Min. Nelson Jobim e sorri]. Um dia, um jurista de São Paulo importante fez uma sustentação oral lá no Supremo e eu virei para o Jobim... Eu digo: “Olha, Jobim, o sujeito sofismando aqui na tribuna, um homem como esse, que pena, não é?” Aí, quando me deram a palavra, eu disse: “Senhor presidente, lá no Tribunal Federal de Recursos, eu tive um colega que eu tinha um respeito muito grande por ele, o ministro Rollemberg...” Um dia, aconteceu assim, um

advogado importante – não vou dizer o advogado porque já morreu até – veio para a tribuna sustentar uma situação que era insustentável. Aí o Pádua Ribeiro, que está aí, ele disse assim: “Ilmar, quando vier um caso desses, você pede vista. Pede vista, desarma, desarma o ambiente, e você depois traz, numa sessão seguinte e tal.” Aí eu fui ao Rollemberg: “Ministro, o que é que eu faço, os juristas de São Paulo, os tributaristas, eles são os melhores do país, são os melhores...”

N.J. – Isso você estava falando no microfone.

I.G. – “Da outra parte, contra esses tributaristas, são os procuradores da República, que não têm nem tempo de se dedicar ao estudo dessa matéria. Então, há uma desigualdade muito grande. De um lado, os tributaristas, os melhores, disparado os melhores, e do outro lado, os procuradores, coitados, da República”, que era quem defendia a União naquela época. Não tinha, ainda, a Advocacia da União. Não havia ainda. Aí o Rollemberg me disse: “Olha, Ilmar, vou lhe dar um conselho.” “Pode dizer.” “Vacine-se, vacine-se contra esses tributaristas de São Paulo.” [riso] E eu fui, cheguei lá, disse: “Senhor presidente, olha, quando eu estava no Tribunal Federal de Recursos, aconteceu isso, isso e isso e o ministro Rollemberg mandou que eu me vacinasse contra os tributaristas...” [riso]

N.J. – Nunca mais foi convidado para nada.

I.G. – Nunca mais me convidaram para ir a São Paulo, para os seminários de direito tributário. Mas isso aí é bom tirar, não é? Isso é um dado curioso. Nunca mais. Nunca mais, Jobim.

N.J. – Eu sei.

I.G. – Acontecem essas reuniões importantes lá e tudo, que eu gostaria... Porque eu sempre gostei do direito tributário. Porque eu fui juiz federal...

F.F. – Poderíamos dizer que era a sua especialidade?

I.G. – Podia-se dizer isso, sabe? Eu me lembro que o Pertence dizia que “ICMS é com o Ilmar. ICMS é com o Ilmar. Eu não me meto com o negócio de ICMS”.

N.J. – Tinha horror a ICMS.

I.G. – “Ele é que adora ICMS.” E era assim.

F.F. – O senhor me permite uma pergunta? Eu fiquei curioso. A distribuição, no Supremo, ela nunca obedeceu a um critério de especialidade. Quando o senhor era relator de um processo de direito tributário, tudo ok. Mas se, eventualmente, era o Pertence, o relator de um processo de direito tributário, como é que vocês faziam?

I.G. – Mas aí... Mas aí é que está. Sabe o que acontecia no Supremo? Ficava... Porque não havia, ainda, o chamado... súmula vinculante. Não havia nada disso. Nem havia a [aponta para o Min. Nelson Jobim] pauta temática, que ele introduziu. Era assim: quando ia uma matéria para pauta, tudo que era daquela matéria tinha que vir para aquele dia, para ser julgado naquele dia. Não havia isso. Então, o Pertence recebia um caso de ICMS, deixava lá. Aguardando. Aí, quando eu recebia, aí eu levava para julgar. O Tribunal decidia, ele colocava. Era mais ou menos assim que funcionava. Eu, como eu gostava... Eu me lembro que ICMS sobre alimento, em restaurante, foi uma coisa pela qual eu lutei. Lutei uma luta inglória. Não ganhei nada com isso. Mas os restaurantes não pagavam ICMS sobre alimento, na fatura, não pagavam, porque entendiam que aquilo era uma mistura: era mercadoria e trabalho, e por mercadoria, tinha que cobrar ICMS, mas pelo trabalho de garçom, de cozinheiro e essa coisa, não podia. Então, não cobrava nem uma coisa nem outra, porque não podia destacar na nota, e ficava sem. Eu saí aqui do Tribunal Federal de Recursos com isso.... do STJ com isso atravessado na garganta. Cheguei no Supremo, preparei um caso, o Supremo aceitou, considerou que sobre alimento, em restaurante, incidia ICMS. Eu vi a minha... Eu era vencido aqui no STJ e lá acabei vencedor e satisfeito de ter... E assim por diante. Essa da vacina foi uma... Pisei na bola, porque eu nunca mais fui honrado... E eu tive que dar uma resposta ao jornal e ainda disse que, absolutamente, que os tributaristas de São Paulo, as obras, eu tinha que manter ao alcance da minha mão. Usei até essa expressão, “eu sempre mantenho essas obras ao alcance da minha mão, porque eu me louvo nessas obras, eu me abebero nessas obras, nesses tributaristas, portanto, não tenho nada

contra tributarista”. Mas não adiantou nada, a emenda... Nunca mais Ives Gandra me chamou para um seminário desse. É isso. Passei esses 12 anos lá. Outro dia, fui lá, entrei num gabinete, estava literalmente entupido de processo, literalmente, as paredes, do chão até em cima [aponta para as paredes da sala]. Aí uma moça chegou e disse: “Ministro, o senhor tem saudade aqui do Supremo?” Eu digo: “Tenho, minha filha. Olha lá a saudade que eu tenho, olha pela janela. Olha o lago. Dessa vista, eu tenho uma saudade imensa dessa vista, porque me fazia lembrar minha terra e eu sentava ali e entrava em reminiscências do meu tempo de criança, de adolescência. Momentos muito bons eu vivi também aqui, muito alegres. Houve bons momentos vividos aqui. Eu tenho saudade. Agora, disso aqui [aponta para as paredes, fazendo referência aos processos em que atuava no STF], absolutamente.” [riso] Porque são processos... Hoje, eu tive conhecimento, está um problema sério. Com todas aquelas medidas que você [Nelson Jobim] tomou, que os outros tomaram e que foram introduzidas pelo legislador: súmula vinculante, repercussão geral, tudo isso fez reduzir, é claro – se não tivesse isso, era pior –, mas eu vim hoje viajando com uma Procuradora da República muito minha amiga que foi sua... Não, não foi sua assessora, não. É a Raquel, casada com um americano. Não sei se você conhece, se sabe quem é.

N.J. – Sei quem é.

I.G. – Sabe? Ela me disse que aqui no STJ tem 22 mil habeas corpus esperando julgamento, 22 mil habeas corpus. Já pensou, 22 mil?!

F.F. – Como é que o senhor fazia com... [Inaudível].

I.G. – Agora, é o seguinte... Ele [Nelson Jobim] foi responsável pela reforma do Poder Judiciário em 88. Me lembro bem que eu era da comissão e o Jobim dizia: “Vocês vão ficar satisfeitos, porque o Tribunal Federal de Recursos (TFR) vai se transformar num tribunal de maior importância, que é o STJ. Vocês vão todos para lá.” Porque aquilo foi muito interessante para nós, que passamos a julgar recursos especiais para uniformização da interpretação da lei. Só isso. “E o Supremo Tribunal vai ficar só com a matéria constitucional.” Não gostaram, não. Na época, eu me lembro que... não vou mencionar nomes, não, mas alguns colegas, que não eram colegas meus na época, não gostaram, acharam que foi um golpe em cima do Supremo

Tribunal, tirar a competência para isso, para aquilo. Esse tribunal foi criado com 33 ministros. Ele colocou lá na Constituição: 33 ministros, no mínimo. Recebemos, no primeiro ano, 7 mil recursos, mais ou menos. Hoje, entram no STJ mais ou menos 500 mil, perto de 500 mil recursos, com os mesmos 33, os mesmos. Em vez de se aumentar o número de ministros, se aumenta o número de assessores, que na época era um só e hoje já são sete ou oito, e vai se aumentando o número de assessores.

F.F. – Ministro, posso aproveitar para perguntar como é que era o seu gabinete? Como é que o senhor montou seu gabinete? Como era o cotidiano do seu gabinete?

N.J. – No Supremo.

I.G. – O meu, no Supremo?

F.F. – No Supremo.

I.G. – No Supremo, o meu gabinete era uma espécie de linha de montagem de uma fábrica. Eu organizei o gabinete assim: havia uma comissãozinha de funcionários que examinava o processo... Os processos entram em carros [gesticula como se empurrasse um carrinho de mão], assim, empurrados, aquelas montanhas. Havia uma comissão que fazia a triagem. Que triagem? Assim: processos já julgados, que havia já precedente no Supremo, assessoria, para adaptar; processos para a Procuradoria, no mesmo dia, carimbo, para a Procuradoria da República. Porque havia casos que passava dois anos para sair do gabinete do ministro para ir para a Procuradoria, e eu mandava no mesmo dia.

F.F. – E o que precisava era um carimbo e uma assinatura, “à Procuradoria”?

I.G. – Não, depois vinha... Eu, em pé mesmo, ia... eles iam botando e eu ia rubricando. Não havia a assinatura eletrônica, ainda. E processos novos, assuntos novos... Ah, sim, agravo, tinha uma assessora só para julgar agravo. É uma espécie de recurso, agravo.

F.F. – Sim, sim. Agravo de instrumento.

I.G. – Ah, você estudou direito? Desculpe.

F.F. – Nada. O que é isso.

I.G. – Coisas novas, para a casa do ministro. Já separava e já mandava para casa. Processo de vista que alguém... que eu pedia vista, eu não deixava o advogado vir falar comigo, porque eu pedia vista numa sessão e na outra eu já levava meu voto. Acabou-se o problema, não vinha advogado atrás de mim. Isso funcionava às mil maravilhas, rapaz! O Herman Benjamin me disse que adotou mais ou menos isso e se deu muito bem.

F.F. – Essa linha de montagem foi o senhor mesmo que montou? Que desenvolveu?

I.G. – Foi. Porque eu trabalhei no Banco do Brasil e o Banco do Brasil era... Dentro do Banco do Brasil, tudo era muito prático. O Banco do Brasil...

F.F. – Isso tinha alguma coisa a ver com alguma estratégia de cotidiano de trabalho do Banco do Brasil?

I.G. – Não. Só a experiência de ter vivido no Banco do Brasil, buscando sempre o modo mais prático de executar o trabalho, etc. E aquilo funcionou de tal maneira... Quando eu deixei o Supremo Tribunal, em 2003, só havia, no meu gabinete, os processos que haviam entrado nos últimos 60 dias. Fora esses, os que estavam na Procuradoria da República. Tem processo que passa, na Procuradoria... Passava, naquela época. Hoje, não posso dizer nada. Passava sete anos, oito anos na Procuradoria da República. Cansei de receber processo, ia olhar, oito anos na Procuradoria, para receber um parecer. E aí isso funcionava às mil maravilhas. Também, eu ali [gesticula movendo os braços como se indicasse que estava sempre fiscalizando e trabalhando naquilo]. Funcionário, eu dizia: “Sete horas, vocês vão embora. Só trabalha um turno.” Eu não botava dois turnos para funcionário, não. Um turno só.

F.F. – Havia quem botasse dois turnos?

I.G. – Eu dizia: “Eu fui funcionário, eu sei o que é a vida de um funcionário, eu não vou exigir que os senhores trabalhem dois turnos, não. Mas eu quero que, no turno de trabalho, seja um turno de trabalho, mesmo.”

F.F. – E havia colegas que colocavam dois turnos?

I.G. – Ah, não sei.[riso]

N.J. – Cada gabinete...

I.G. – Cada gabinete é um jeito.

N.J. – ...era uma república.

I.G. – Havia ministro que saía do Supremo duas horas da manhã.

F.F. – E o senhor, como era a sua rotina?

I.G. – Eu dizia: “Sete horas, todo mundo fora do gabinete. E se eu ficar, não importa. Eu fico só, mas não importa.” E às vezes eu ficava só até um pouco mais tarde, resolvendo um problema, pesquisando um outro. E me saí bem demais, sabe, porque eu... Uma vez, eu me lembro que eu fui a Ituiutaba fazer uma exposição lá, uma palestra, e eu disse para os alunos: “Olha, meus filhos, o Supremo Tribunal é assim, é uma quantidade de processo incrível. O ministro não pode facilitar porque acumula tudo.” E eles vieram aqui ver o Supremo, conhecer o Supremo, aí me procuraram, entraram no meu gabinete e não viram processo. [riso] Só tinha, na prateleira, os que estavam aguardando o *leading case* no plenário. “E esses aqui?” “Não, esses estão aguardando o primeiro caso que o plenário vai julgar para, depois que julgar...” A gente já estava dando por despacho. Já era na época dos despachos, de julgar por despacho. E aí eu tive que... “E o senhor disse que tinha muito processo.” Eu digo: “Olha, realmente... Vamos ver a estatística.” Aí eu mostrava a estatística, em vez de mostrar o... E eu não era o ministro que mais julgava, não. Havia ministros que julgavam mais do que eu, ainda. Mas era uma luta danada, sabe? Uma vez, o Moreira Alves... E tem o seguinte, o agravo de instrumento,

o assessor examinava e despachava. Eu só fazia rubricar, agravo de instrumento. E eu dizia: “Agora, se a parte não gostar, vem com o regimental. Aí sou eu. Eu levo para casa.” Foi o que eu disse para o Moreira Alves: “Moreira Alves, se você for pegar cada agravo de instrumento e examinar para decidir” – o Moreira Alves estava arrancando os cabelos, a raiz dos cabelos – , “você não vai dar... Se você não comer, não dormir, não se distrair, não fizer nada, não ver televisão, você não vai dar conta.” Aí ele fez isso, depois me disse: “Olha, aquele conselho foi muito bom, foi muito bom. Eu agora estou com o serviço mais ou menos.” Mas tinha gabinete que não se podia andar dentro, Jobim. Porque não tinham mais onde botar processo, punham no chão e você tinha que sair saltando as pilhas de processo. Tudo isso foram coisas... Mas foi...

F.F. – Todos os seus assessores eram de livre nomeação?

I.G. – Não. Era indicação. Os assessores, no Supremo, eram indicação do ministro – eram dois, no início, e depois, três assessores – por um ano. Ao final de um ano, o ministro indicava o mesmo e ia para a sessão administrativa do Tribunal. Se um ministro desse um voto de veto, o assessor não podia ser nomeado. Vamos supor que um ministro sabia que o assessor tal tinha negociado um voto ou uma coisa assim... Isso era mais grave. Mas outra coisa menos grave, qualquer coisa. Aí, pronto, ele vetava, não nomeava.

N.J. – E sem fundamentação. Só: “não”.

I.G. – Esse não vai mais.

F.F. – Um colega de Supremo dizia: “Eu não concordo com a nomeação do seu assessor”?

I.G. – Na reunião administrativa, o presidente dizia assim: “Temos aqui a indicação para a renovação do mandato do assessor fulano de tal do Ministro Ilmar. O que é que o Tribunal decide?” Ninguém levantava a voz, pronto, “está aprovado”, era nomeado.

F.F. – Alguém, alguma vez, já levantou a voz, que o senhor se lembre?

I.G. – Eu nunca... Levantou, não é?

N.J. – Levantei. Um caso.

I.G. – Levantou. Eu não... O negócio era assim, sabe?

F.F. – Então, a equipe era o senhor e mais três assessores?

I.G. – Era eu com mais três assessores. Eles faziam adaptações dos...

N.J. – O resto do gabinete era funcionário do Tribunal.

I.G. – É.

F.F. – E ao todo eram quantas pessoas, o senhor se lembra? Mais ou menos.

I.G. – No gabinete?

F.F. – No gabinete.

I.G. – Três assessores; ali dentro tem uma sala... Era esse grupo da triagem, que eram três...

F.F. – Três da triagem...

I.G. – Aí, servidores, mesmo. Não eram assessores.

F.F. – Mas que o senhor não escolhia quem eram.

I.G. – Não. Eles são efetivos, do quadro efetivo do Supremo. E o que mais? Uma meia dúzia mais. Era pouco.

N.J. – Eram uns onze, não é? Ao todo eram onze.

I.G. – Eram uns onze, não é?

N.J. – Eram onze.

I.G. – Então era assim, o Supremo Tribunal. Funcionou bem. E eu, de minha parte, eu me esforcei para não deixar o recorrente naquela expectativa de anos a fio. Eu me lembro que uma vez um senador de Manaus, do Amazonas, que morreu – era um senador do PDT, me parece –, ele entrou no meu gabinete, “Ministro, eu sei que o senhor vive sobrecarregado de processo, mas há um processo na mão de Vossa Excelência que eu gostaria que o senhor desse uma preferência”. “Pois não, senador. Vamos ver. Número.” Aí ele deu o número. Eu chamei um assessor, que é um gaúcho, o Carlos Horbach. Você conhece. Aí o Carlos foi logo dizendo: “Ah, ministro, esse processo não está aqui, não. Esse processo está há dois anos na Procuradoria da República. Aqui não. Aqui, entrou e no mesmo dia foi para a Procuradoria.” E o senador ficou realmente entusiasmado com aquilo. “Não é possível! No mesmo dia?!” “Foi no mesmo dia.” Não chegou a assentar no gabinete [riso], foi logo para a Procuradoria. Porque eles iam sendo separados: para a Procuradoria. Eu passava o [gesticula como se estivesse assinando algo]... via um despacho num carimbo, eu rubricava e ia para a Procuradoria.

F.F. – O senador era parte no processo?

I.G. – Não, não. Ele era interessado... Eu me lembro bem. Era uma ação em que se impugnava o salário mínimo. A pessoa interessada vinha... Aliás, não era a pessoa. Era uma ação dessa de mandado de segurança ou ADIn... em que se dizia que o salário mínimo... que a Constituição dizia que deve garantir o sustento, não sei o quê, ta-ta-ta, “mas o salário mínimo, atualmente, não garante nada”.

N.J. – Era para aumentar o salário.

I.G. – Era isso. Ele era interessado politicamente. E ele foi lá, tirou o processo, veio, eu julguei. Só que eu julguei que não satisfez. Porque a gente não mexia nisso; mandava para o Congresso resolver, esse problema de salário mínimo. O Congresso é que tinha que resolver.

F.F. – Ministro, desculpe perguntar, era mais ou menos frequente um interessado politicamente nas ações recorrer e ir ao gabinete do ministro?

I.G. – Até hoje é. O sujeito é senador pelo Acre, tem uma pessoa lá que diz: “Senador, vê se o senhor dá um jeito, aquele processo, o senhor vai lá...” “Não, deixa, eu vou falar com o ministro.” Ele vai e fala com o ministro, no interesse de uma pessoa lá no Amazonas, lá não sei onde. Isso aí não é grave, não. Nunca consideramos isso uma coisa grave, não.

N.J. – Porque nunca vai pedir resultado.

I.G. – É. Não pede para julgar assim ou assado, não. Isso ninguém pede.

N.J. – O que ele precisa ter é a informação, ou seja, o sujeito foi lá para saber que ele foi.

I.G. – É só para dar prioridade. Porque o grande problema do Poder Judiciário é a morosidade. Isso ainda é o grande problema. Olha aí, 22 mil habeas corpus. Já pensou? A menina, hoje, vinha me dizendo, a Raquel, “Ministro, o senhor imagina, 22 mil!”. Como é que vão ser julgados esses habeas corpus? Tem que ter um critério: quem for mais velho, quem vai estar com risco de ir à prisão. Será que esse é o critério? Ou será um outro? É um negócio sério, seriíssimo. Agora, por quê? Porque a massa de recursos, não se comporta mais, no Poder Judiciário brasileiro. O Poder Judiciário brasileiro está sem condições de enfrentar. Não sei se você está sofrendo isso, mas aqui...

N.J. – Eu não faço contencioso.

I.G. – Eu digo sempre, um ano de atraso é um dia para mim, no Poder Judiciário. Se disser que foi julgado com um ano, foi julgado com um dia; dois anos, dois dias. Outro dia o Supremo desencavou um esqueleto que tinha 50 anos. Você viu aquela? Cinquenta anos tramitando pelo Supremo. Eu fui relator, no Tribunal Federal de Recursos, de um processo que foi... a desapropriação da Ponta do Galeão, no Rio de Janeiro, que o Getúlio Vargas, em 1937, desapropriou para fazer ali a Base Aérea. É onde está a Base Aérea, no Galeão. O Pertence foi

advogado nessa causa, outro dia eu perguntei: “Pertence, e aquele caso?” Até hoje não chegou ao final. É de 1937. Um ministro recebe um pedido de ingresso de *amicus curiae* – isso é um caso concreto que aconteceu – incabível, porque já começou o julgamento... Quando começa... Tem uma jurisprudência do Supremo que diz: “Começou o julgamento, ninguém pode mais ingressar.” E um ministro recebe e leva... com dois anos e meio para dizer “indeferido”. É falta de quê? De organização no gabinete. É uma falta de organização. Porque se tivesse uma espécie de uma triagem, uma comissão que verificasse isso... Porque fica lá na estante e vai ficando, vai ficando, vai ficando. Aí foi feita uma petição, uma petição mostrando... Aliás, é um caso que você [Nelson Jobim] foi relator. Você outro dia me perguntou por esse caso. É do ICMS sobre passagem de ônibus.

N.J. – Ah! Sobre automóvel, sobre ônibus.

I.G. – Ele foi relator. Eu pedi ao Jobim, antes de sair do Supremo, “Jobim, leva esse processo”, e o Jobim levou o processo. O Jobim era rápido, muito prático. E aí esse processo acabou... depois de muito tempo, muito tempo, foi colocado em pauta, aí a pessoa veio, pediu...

N.J. – Era um processo que começou... Era o ICM sobre passagem aérea, que nós julgamos incabível, depois entraram com o ICM sobre transporte urbano, transporte coletivo interestadual. Levou anos.

I.G. – Dois anos e tanto para indeferir uma petição. Eu fiz uma petição mostrando o que aconteceu: quando que esse processo entrou no Supremo; quando que foi dado... o relator deu o voto; quando que o... aí pediram vista, quando que a vista veio, quantos anos depois. E acabou passando para a mão de um outro ministro que colocou em pauta para dar o voto. Aí veio um pedido de *amicus curiae*, foi para o relator de volta, o outro relator, o relator novo, foi para o relator de volta, estava com dois anos e meio mais ou menos sem solução...

N.J. – Decidiram isso aí?

I.G. – ãh?

N.J. – Decidiram já isso?

I.G. – Aí eu fiz essa petição. Mas, mesmo assim, ainda passaram dois meses para sair o despacho indeferindo. [riso] Não, minha filha [dirige-se à sua filha, Ludmila Galvão, presente na entrevista]... Ela fica ali... O Poder Judiciário está inviável, do ponto de vista de morosidade. Está inviável, todo mundo sabe. O eleitoral, não. Porque ela é advogada... O marido dela, eles dois trabalham em direito eleitoral, e o eleitoral é mais dinâmico, é mais célere.

Fábio Almeida. – Ministro, e por falar em eleitoral, o senhor foi presidente do TSE.

I.G. – Fui.

F.A. – Podia falar como é que foi isso, como é que foi na época? Acho que foi na época... em 1997.

I.G. – Foi em 1997 e 1998. Foi... Não gostei. Não gostei da Justiça Eleitoral, não. Porque é um negócio... Começa... O Tribunal funciona à noite; um corpo de funcionários ocioso, porque não tem muito o que fazer. Como o Tribunal funciona à noite, os funcionários permanecem no Tribunal à noite, e aí são remunerados com hora extra e mais hora extra, e tem sessões que vão até meia-noite, onze horas, e tem o negócio de hora extra. Aquilo tudo me cansava, aquele negócio de ter que despachar aquelas... Sabendo que não tinha trabalho. Agora, outra coisa: todo mundo quer levar vantagem. A Embratel, para transmitir os dados da eleição, reunir os dados, queria cobrar... naquela época, eu me lembro que eram 18 milhões, para reunir os dados, para dar o resultado final aqui. Eu tive que ir ao Fernando Henrique, que era o presidente da República, para ele interferir, mandar alguém interferir na Embratel para dizer que faça o serviço, mas não venha para cá levar tanto dinheiro do Poder Público, do Tesouro. A Polícia Federal, por sua vez, para policiar a eleição, tem que levar não sei quanto; o Exército... Foi de quem mais eu tive pena, foi do Exército. Eu fui lá ao gabinete do ministro do Exército – naquela época tinha um gabinete do ministro do Exército –, e ele disse: “Olha, ministro, é o seguinte, nós temos uma quantidade grande de viatura que está precisando de bateria [riso] e nós ficamos esperando as eleições para nós recebermos essa ajuda” – para fiscalizar a eleição na Amazônia, não sei aonde –, “essa ajuda, para ser transformada em baterias, em pneus para carros e tudo

isso”. Aí eu disse: “Pode deixar, general, no final, o que sobrar, eu passo aqui para o Exército.” [riso] Foi o que aconteceu naquela época. Eu não gostei daquilo, não. Para sair aqueles filmetes na televisão, aquela propaganda, como deve votar e aquela coisa toda, eu mandei fazer uma licitação. Ganhou... Aí é que vem... A gente não sabe. Ganhou uma fundação que pediu 9 milhões, para fazer aqueles filmetes. Aí eu disse: “Nem morto! Pode ir embora com esse negócio. Arquivo esse processo porque eu não vou dar esse dinheiro, não.” Aí me lembrei. Eu digo: “Vou chamar esse órgão da Presidência da República que...” [silêncio] Ligado à imprensa. Como é que chama, meu Deus?

F.F. – TV Cultura?

I.G. – Não. É um órgão que funciona no Palácio do Planalto. Radiobrás. Chamei a Radiobrás, o presidente da Radiobrás, e disse: “Por quanto o senhor faz isso aqui, esses filmetes e tal? O senhor faz isso?” “Faço.” “Quanto custa?” “Vou fazer um cálculo para o senhor.” Levou, trouxe o cálculo, um milhão e pouco. Aí eu disse: “Mas está caro. Um milhão e pouco é muito dinheiro.” “Olha, ministro, é o seguinte...” A mesma coisa, a mesma choradeira. “É que nós vamos comprar uma máquina de filmar, porque nós não temos. Com esse dinheiro, nós vamos comprar essa máquina.” Eu disse: “É do bolso do governo para o bolso do governo, vá lá que seja.” E foi feito. Agora, eu fico imaginando, Jobim, quanto está custando... quanto estão custando esses filmes de propaganda da eleição. Aquilo é uma fábula! Eu me lembro que o... Aí, depois você corta. No programa do Faustão, ia ser inserido uma inserçãozinha daquela, “vote, não sei o que, dia tal”. Naquela época, a Globo pediu 550 mil reais, para uma inserção só, nesse programa de domingo. Eu disse: “Negativo. Não tem. Se tiver que votar, todo o pessoal vota, porque dia de eleição, todo mundo sabe que é dia de eleição, não precisa nada de televisão.” Não paguei. Achava um absurdo tudo aquilo. Não gostei desse tribunal, não, sabe? Quis mudar para de manhã. Eu propus: “Olha, vamos fazer o Tribunal de manhã, funcionar de manhã, de oito às doze horas. O almoço vai ser aqui mesmo. Daqui nós já vamos para o Supremo. Mas se alguém, um só não concordar, está vetado, não vai haver.” E aí um vetou. Todos estavam de acordo, “é muito bom, que bom, porque a gente não fica aqui toda noite”. Porque na época de eleição é toda noite. Mas aí um disse: “Ah, eu trabalho de noite, a noite quase toda...” Há umas pessoas que trabalham a noite toda. Eu tenho um filho que é assim, fica acordado a noite toda trabalhando, escrevendo, não sei o quê. “E durmo de manhã, até meio-

dia.” “Bom, então, não se fala mais nisso.” Que era para compatibilizar com os Tribunais dos estados. Porque nos estados não é de noite, não. Não funciona à noite, não. Funciona é mesmo de dia, de manhã. E a gente fica sem contato. Quando ligavam para lá, estava fechado. “Quero saber quantos membros do Tribunal vão para o encontro em... aquele negócio, o Colégio dos Presidentes, Jobim. Quantos desembargadores aí vão para o Colégio de Presidentes?” Não tinha jeito. A gente tinha que deixar uma pessoa para, de manhã, ligar para saber. “Vão todos.” [risos] O Marco Aurélio mandou dizer o seguinte: “Quem quiser vir, venha por conta própria.” Era um Colégio de Presidentes que ia se reunir em Vitória. “Quem quiser ir, tem que...” Essas coisas assim. Essas facilidades da... Porque, também, o sujeito trabalha feito um louco como juiz, tem direito a uma viagensinha de recreio.

N.J. – *Juristour*.

I.G. – *Juristour*. [riso]

F.F. – *Juristour*. Ministro, foi, de alguma maneira, atribulada, a sua passagem pelo TSE...

I.G. – Pelo Eleitoral?

F.F. – ...coincidindo com a reeleição do... com o período reeleitoral do Fernando Henrique?

I.G. – Houve um incidentezinho, sabe? Veio uma repórter da *Folha*, que eu até admiti no meu gabinete, “Venha cá, vamos lá. O que você quer saber?”. “O que o senhor acha da reeleição?” Eu digo: “O que eu acho da reeleição é o seguinte, a reeleição não é da nossa tradição, da tradição brasileira, mas eu estive agora lá em Mônaco” – o Jobim esteve também lá –, “numa reunião de empresários” – lembra, Jobim? – “e eu senti, conversando com esses empresários, que há uma expectativa grande pela reeleição do Fernando Henrique. Então, eu acho que há uma expectativa pela reeleição, querendo.” A *Folha de S. Paulo* colocou que eu era favorável à reeleição do Fernando Henrique. Foi um aborrecimento muito grande; o PT veio, pediu meu afastamento do Tribunal, porque disse que eu estava fazendo campanha para o Fernando Henrique. Eu só disse isso: “Não é da tradição, mas têm pessoas interessadas aí na reeleição.” Aí eu expliquei mais: “Há um inconveniente grande...” Porque eu tinha uma maneira de dizer

assim: “Quem está no poder não oferece; dá. Quem está pretendendo o poder é que promete. Então, quem é candidato à reeleição já dá logo o que a pessoa está interessada, e quem é candidato que não é à reeleição fica prometendo as coisas e muita gente não acredita.” Essas coisas que eu dizia. Não adiantou, a moça colocou isso lá e foi ruim como o diabo! Mas depois resolveu, o Tribunal afastou essa possibilidade de suspeição minha e tal. Mas foi desagradável. A gente vai conversar muito, é isso.

F.F. – Chegou a ser suscitada, a sua suspeição?

I.G. – O melhor que a gente faz é não falar nada, não dar... É por isso que eu peço aí que você arquive esses dados todos por baixo dos outros, para não haver consulta, sabe? [risos]

F.F. – Ministro, eu posso voltar um pouco em aspectos jurídicos do caso do Collor, que foi, segundo o senhor, um dos momentos marcantes que o senhor viveu no...?

I.G. – Sim, sim. Pode.

F.F. – Havia discussão? Esse caso talvez ilustre um pouco alguns outros, porque a gente tem muita preocupação em saber como é que era o cotidiano dos ministros. As decisões eram produzidas com base na discussão? Os ministros debatiam as decisões? Esse caso, eu imagino que tenha sido um caso que tomou atenções.

I.G. – Não, não. Só houve esses ataques. Eu tive que reunir o Tribunal, para saber se confirmava a minha relatoria.

F.F. – Isso é uma reunião administrativa?

I.G. – Reunião administrativa.

F.F. – E elas se davam a portas fechadas, sempre?

I.G. – Era a portas fechadas.

F.F. – O senhor era ministro...

I.G. – Saiu uma nota...

F.F. – ...na TV Justiça, quando a TV Justiça começa a...?

I.G. – Não, não. Eu não funcionei aí, não. A TV Justiça já foi depois. Foi quando eu saí, logo quando eu saí. O Marco Aurélio fez a lei, mandou para o Congresso pela mão de um deputado do Ceará – tudo isso eu acompanhei –, e depois ele mesmo sancionou, como presidente da República, na ausência do Fernando Henrique. Ele sancionou a lei. E ele até hoje acha que foi uma grande coisa e tal.

F.F. – E o senhor?

I.G. – Eu era da corrente do Moreira Alves, que dizia: “Olha, está bem que se edite” – tem um termo, de editar – “que se edite a matéria e publique editada, está bem”. Eu não sei o que é. É corrigir e tirar, por exemplo, um aborrecimento, um xingamento, um atrito de ministros, tirar e só colocar o que interessa. Mas não, saiu. E isso tem sido realmente bom, porque tem esclarecido a população brasileira toda sobre esses processos e tal. Quem sabe, se vai servir de exemplo para coibir um pouco esse assalto ao... que houve. Eu não tenho acompanhado, não, mas... ao dinheiro público.

F.F. – O senhor está se referindo...?

I.G. – Mas, de outro lado, tem desgastado o Supremo, por causa dessas rusgas lá dentro, esses atritos, e o fulano de tal, e beltrano, e não sei o quê... E acho que o Moreira Alves tinha razão, sabe? Me disse o Moreira Alves que o Supremo Tribunal, hoje, é um dos poucos do mundo inteiro que julga dessa maneira.

F.F. – Ao vivo, na televisão?

I.G. – Além de ler o voto, é ler para a Nação inteira. E isso tem acarretado o quê? Uma demora excessiva. Porque, antigamente, o ministro dizia: “Senhor presidente, eu estou de acordo com o relator. Tenho o voto escrito, estou entregando aqui meu voto, a fundamentação é mais ou menos a mesma”, e pronto. Eu nunca vi uma extradição durar mais de uma hora e meia, no Supremo, uma extradição, e nós tivemos uma extradição aí que durou três tardes. E no final ainda ficou enrolado e tal.

F.F. – O senhor está se referindo ao caso do Cesare Battisti?

I.G. – Porque cada um quer dar o voto, para mostrar, talvez, que está ali, que está compreendendo o problema, que estudou, etc. Então, essa... Eu não fui dessa época. Eu sou da época que dizia assim: “Presidente, de acordo. Tenho o voto escrito, estou entregando aqui.”

N.J. – Ilmar, quando o Gallotti votava, como relator, sobre a questão de funcionário público, a gente nem ouvia.

I.G. – O Gallotti era um conhecedor profundo do funcionalismo público, no direito administrativo. Quando ele era o relator, pronto, ninguém... Ele está votando, a gente está daqui... olhando outra coisa, e no final, “de acordo”, “de acordo”, num instante. Era uma quantidade que se julgava muito grande. Hoje, está muito difícil, porque cada um quer pronunciar o voto. O que eu ia dizendo: Moreira Alves me disse que, na Espanha, ele foi dizer que cada ministro lê o voto no Tribunal, ficaram escandalizados lá. Eu nunca vi um julgamento no... Eu vi nos Estados Unidos, que o Tribunal só se reúne para ouvir os advogados. Só. Quando não há mais advogado para falar, aí encerra a sessão, eles vão embora lá para dentro e, lá, eles dão o voto. Ninguém sabe como é que ia sair o voto, até que um dia é publicado e tal. Mas ninguém discute nada, ninguém fala nada, ninguém fala que... É só para ouvir o advogado. E na Espanha, me disse o Moreira Alves que eles ficaram escandalizados. “Não é possível! Tem voto assim, em público? Lê o voto?”. “É, lê o voto.” Mas agora não lê só para quem está no Tribunal; lê para a Nação inteira. Lê para a Nação inteira.

F.F. – Então o senhor... Eu achei extremamente interessante o que o senhor acabou de dizer, porque o senhor participou de vários processos, mas, na época do senhor, “voto assim”, “voto

assado”, “está aqui meu voto escrito”, então, os votos eram curtos – talvez, o do relator, um pouco maior – mas o senhor... Aí nós temos hoje o caso do processo do Mensalão, que estamos todos acompanhando aí, que não termina. Não termina. O senhor...

I.G. – Mas é um processo muito extenso.

F.F. – Extenso e com muita...

I.G. – São 37 acusados.

F.F. – O senhor acha que a cobertura de mídia também não altera a duração do julgamento?

I.G. – Eu não sei. A cobertura da mídia... Eu não sei.

F.F. – Nelson, quer fazer uma pequena pausa? Não tem problema.

N.J. – Não. Eu estou saindo, porque eu tenho um compromisso às nove horas, eu recebi um telefonema aí, vocês continuam [inaudível].

F.F. – Está ótimo.

I.G. – Jobim, obrigado pela sua presença aqui.

N.J. – Ok. Nos vemos. Um abraço.³

I.G. – Nesse processo agora... No processo do Collor, não houve essas discussões muito grandes.

F.F. – E a cobertura de imprensa modificou alguma coisa, na maneira de julgar o processo?

³ Min. Nelson Jobim deixa o local da entrevista.

I.G. – Não, não. [Inaudível] em cima de mim não adiantou nada. Foram cinco ministros... O processo crime...

F.F. – Mais pressão, no mínimo.

I.G. – Pressão houve. O processo crime, em que cinco ministros acompanharam meu voto... quatro acompanharam – com o meu, cinco –, o voto foi vencedor de cinco a três, depois de tanta coisa, de tanta fala, tanta ameaça... Não digo ameaça, mas tanta campanha difamatória e tal em cima do Collor... Até hoje se fala na maior corrupção que já houve no país, quando, na verdade, foi desmentido pelo Supremo Tribunal, que não viu corrupção do Collor, não viu corrupção da parte do Collor. Eles agora estão julgando aí e dizem... eu estou ouvindo dizer assim: “Mudou o entendimento sobre o fato... sobre o ato jurídico, o ato político. Não precisa mais de ato, basta receber o dinheiro.” Não. Não. Não. A lei fala “em razão do cargo”, quer dizer, visando alguma coisa do cargo. Está lá. Agora, se, na verdade, ele for... Se o Collor, por exemplo, fosse... Rapaz, o Collor, hoje, em relação a esse processo, é uma coisa insignificante. Porque se acusava o Collor, primeiro, de ter comprado, com um dinheiro que não era dele, dado pelo PC Farias, um utilitário Elba, que é um carrinho muito do vagabundo...

F.F. – O famoso Fiat Elba.

I.G. – ...um Fiat Elba, primeiro; ter pago um tratamento dentário da mulher, no Rio de Janeiro, com um dinheiro fornecido pelo PC Farias; e ter feito uns jardins que diziam os Jardins da Babilônia, lá na Casa da Dinda, que quem for lá hoje vê que não é nada... Eram uns montes de terra com umas flores plantadas em cima que diziam... Eu nunca falei com o Collor sobre isso, porque eu não falo com o Collor, mas diziam que eram uns montes de terra para subir para ver por cima do muro, ver o lago e tal, essas coisas assim. Só isso. Foi isso que aconteceu. E isso era tido como prova da maior corrupção que já houve nesse país. O PC Farias reuniu uns dinheiros em uns bancos aí e abriu conta falsa, movimentava umas contas falsas. Arranjou umas laranjas, umas moças, coitadas, que movimentavam essas contas com o nome de outra pessoa. Veio a se saber depois que eram... foi sobra de uma campanha eleitoral. Sobraram 43 milhões de reais, na campanha eleitoral, na campanha eleitoral do Collor, e o PC Farias ficou com esse dinheiro e aí pagou o dentista da mulher do Collor; comprou o carrinho para um

serviço do Planalto, para ir buscar, levar, não sei o quê; e fez aqueles jardins da Dinda, contratou o jardim da Casa da Dinda. Não se descobriu nada, nada, nada que o Collor tivesse prometido a alguém ou que alguém tivesse comparecido perante o Collor para pleitear alguma coisa. É claro que quem deu dinheiro, como dizem que alguns deram, fabricantes de açúcar, se deu dinheiro, foi visando alguma coisa, mas não deu dinheiro para o Collor; deu dinheiro para o PC Farias, que era um sabidório. O Collor errou em não ter mandado esse camarada embora, que era o que ele devia ter feito, ter mandado esse PC Farias sumir da vida dele. Um dia, se eu pudesse, eu diria para ele: “Olha, houve esse erro na sua conduta da...” O Collor era muito novo, na presidência da República, uma votação consagradora, entrou logo... Quando nomeou aquela moça para ministra da Fazenda, a moça...

F.F. – A ministra Zélia.

I.G. – É, a ministra Zélia. Congelou os depósitos bancários, uma coisa que nunca aconteceu na vida, uma solução daquela. Muita gente... Eu me lembro que um amigo meu aqui vendeu um apartamento, botou o dinheiro no banco para comprar um outro, para pagar um outro, e aí houve o congelamento, ele ficou com o dinheiro preso no banco. Só podia tirar... Não sei se era 50 reais ou 50 mil cruzeiros. Uma coisa assim. Então foi isso. Mas o crime, mesmo... Eu fiz um... Aliás, o Joaquim sempre cita meu voto. Às vezes, eu vou no carro e ele... “Como dizia o ministro Ilmar Galvão no processo 270”, e aí transcreve um trechozinho do meu voto.

F.F. – Na ação penal do Collor?

I.G. – Nessa dele agora. Sim, a ação do Collor. Ele vai buscar lá.

F.A. – No Mensalão, ele cita o senhor.

I.G. – Ele cita aqui. É isso.

F.F. – Ministro, o senhor compreende então qual foi o fundamento jurídico daqueles que votaram contrariamente ao senhor, no caso do Collor?

I.G. – Não. Não me recordo. Não me recordo do fundamento, se foi, realmente, a desnecessidade de um ato, em troca do dinheiro. Não sei se foi isso. Como agora vivem falando aí, “não precisa de prática de ato”. Basta o quê? Basta dar um presente? Dar um presente é crime? Se eu chegar aqui, digamos, para a Dilma, se eu tivesse uma intimidade, um acesso, e dissesse: “Olha, presidente, eu tenho aqui um presente para a senhora que eu trouxe. Lembrei que a senhora...” Dar um presente não pode ser crime. Agora, se eu estiver em vista de algum ato dela, em função do cargo, aí sim. Não muda, não.

F.F. – Ministro, eu posso pedir sua opinião com relação a um outro caso que o senhor participou?

I.G. – [Silêncio] Interessante, naquele período que eu passei no Supremo, não houve esses casos, assim, de grande repercussão.

F.F. – Eu pensei aqui no caso dos expurgos inflacionários do FGTS, que até então havia... Os trabalhadores tinham direito aos expurgos inflacionários de cinco planos econômicos: Bresser, Verão, Collor I e Collor II...

I.G. – É verdade. Mas aí eu não posso dizer nada porque eu não me lembro mais desse... como é que foi.

F.F. – O senhor não se recorda mais como foi desse caso?

I.G. – Não me recordo, não. Não me recordo disso mais, não. Sei que julgamos bastante isso. Eu me lembro que havia uma quantidade imensa de processo contra a Caixa Econômica e eu então... Eu era relator de muitos, de vários, o Moreira Alves também, e eu disse: “Moreira Alves, vamos fazer um negócio, vamos chamar aqui um advogado... um funcionário da Caixa para nos explicar.” Porque às vezes a gente precisa de esclarecimento. Quando eu era juiz federal, que tinha um caso de militar, de acesso de militar, de caroneamento, eu ia lá no quartel-general conversar com um coronel e ele me explicava como era isso, como é que o indivíduo concorria e quando é que ia caroneado. Essas coisas, ele me explicava. A gente lendo a lei não dá para... Foi isso. Eu chamei. Aí o Moreira Alves: “É bom. É bom.” E eu chamei alguém da

Caixa Econômica, que foi lá comigo e me explicou aquilo como era. Aí eu fiz meu voto, o Moreira Alves fez o dele, nós levamos para o plenário – não me lembro mais da argumentação, qual foi –, eu dei meu voto, o Moreira Alves deu o dele, discordou um pouquinho do meu, prevaleceu o dele, e julgamos. E dali em diante... Foi sobre FGTS? Acho que foi sobre FGTS. O Plano Bresser sobre o FGTS, essas coisas. Dali em diante... Naquela época, já tínhamos adotado o sistema de julgar por despacho.

F.F. – Como é que funcionava esse sistema?

I.G. – É o seguinte: quando o plenário já tinha decidido um caso, os outros casos iguais... análogos – não iguais; análogos –, a gente podia decidir, não precisava levar mais no plenário. E olha, rapaz, o que entrava no Supremo Tribunal de processo sobre FGTS! Eram caminhões. Eu vim do recesso, o meu gabinete estava literalmente tomado de processos. Eu chamei a moça, a Beatriz, eu disse: “Beatriz, transformaram o meu gabinete em depósito? Que diabo é isso?” “Não, ministro, o FGTS que chegou.” Aí não tive conversa, pá-pá-pá-pá... Não levou uma semana, já estava tudo de volta, baseado no voto que nós demos no plenário. São soluções que podem ser... Hoje mesmo eu falei sobre isso, lá em Ribeirão Preto, na faculdade, eu falei sobre a evolução do controle de constitucionalidade no Brasil, desde a Constituição de 1891, a primeira, até a Emenda 45, que foi a última, a Emenda Constitucional 45, o que foi sendo criado para resolver o problema da unidade da interpretação do Supremo Tribunal Federal, aquela interpretação que o Supremo dá, para ser verticalmente cumprida por todos os juízes, e eu concluí dizendo: “Inclusive, a Administração Pública tem que cumprir o que o Supremo decide, em termos de constitucionalidade.” E foi um tema realmente... Eu gostei, sabe? Eu preparei isso aí, fui lá e falei com esses alunos. Não sei se eles entenderam bem. Porque, realmente, eu tinha dito: “É um tema de controle da constitucionalidade, que muitos alunos aqui que estão no primeiro ano, na primeira série ou no segundo ano talvez não entendam, não vão entender, mas quem está...” Aí eu perguntei: “O direito constitucional foi dado em que turma?” Disseram: “Na turma tal.” “Então, daí para frente vai interessar, o que eu vou dizer.” Aí falei sobre isso. Várias medidas foram tomadas para sanar uma omissão. Que omissão? A Constituição de 1891 copiou a Constituição americana. Rui Barbosa é responsável por isso. Na Constituição americana, a decisão da Suprema Corte é obrigatória no país inteiro – tem o chamado *stare decisis*. Rui Barbosa copiou a Constituição americana, mas de uma maneira incompleta, porque

entendeu que a Suprema Corte... o Supremo Tribunal Federal de 1991⁴ era responsável pela defesa da Constituição, mas não incluiu o *stare decisis*, de tal maneira que o Supremo decidia uma coisa e ninguém cumpria, os outros juízes, os outros tribunais não cumpriam. Isso ficou em 1891, passou 2000. 2000? 1900... Só em 1934 é que o legislador brasileiro cogitou de introduzir sistema de controle. O primeiro foi dizer o seguinte: quando o Supremo Tribunal disser que uma lei é inconstitucional, o Senado Federal baixa um decreto e elimina essa lei. Eliminada a lei, os outros tribunais... os juízes não podem aplicar uma lei que não existe mais. Essa foi a primeira providência. A segunda providência: um tribunal só pode dizer que uma lei é inconstitucional pelo seu plenário, e as turmas têm que cumprir a decisão do plenário. Foi a segunda solução. Depois veio... E as leis estaduais que são inconstitucionais? Há uma intervenção. Faz-se uma intervenção no estado e declara-se a inconstitucionalidade da lei. Terceira solução. Quarta solução: representação de inconstitucionalidade, que cabe ao procurador-geral da República, representar pela inconstitucionalidade de uma lei federal – aí é federal, também –, o procurador-geral, só ele, o Supremo aí entendeu de introduzir, no seu regimento interno, uma norma que diz o seguinte: quando o Supremo, julgando uma representação de inconstitucionalidade, declara inconstitucional a lei, essa decisão tem efeito *erga omnes* - contra todos. Pronto. Veio a Constituição então de 88 que manteve a representação de inconstitucionalidade, mas abriu um leque: permitiu que a OAB, as associações de classe, os sindicatos, partidos políticos, todos pudessem alegar inconstitucionalidade, podiam trazer, alegar uma... Porque só podia o procurador-geral e aí veio... possibilitou-se essa... alargou-se, legitimando-se todos esses entes a entrar com essa ação. Foi em 88. Então, o que tem hoje de ação é a chamada Ação Direta de Inconstitucionalidade.

F.F. – ADIn.

I.G. – Depois criaram a...

F.F. –Declaratória de Constitucionalidade.

⁴ Na realidade, ele faz referência a 1891.

I.G. – ...a Declaratória de Constitucionalidade, e depois a...

F.F. – ADPF. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

I.G. – Todas essas vieram depois. E a Emenda 45, que é chamada a Reforma do Poder Judiciário, criou a súmula vinculante e criou a chamada repercussão geral. O Supremo podia pegar as decisões que ele proferiu no passado e inserir numa... fazer uma súmula, que será vinculante para todo juiz, para todos os tribunais. E quanto aos novos julgamentos de recursos extraordinários, depois da Emenda 45, criou a chamada repercussão geral. O Supremo primeiro verifica se o recurso é um recurso que interessa não somente do ponto de vista... econômico, político, social. Ele tem que satisfazer esse requisito. E quando o Supremo entende que satisfaz o requisito, os outros processos iguais que estão nos tribunais param para esperar julgar o recurso extraordinário. Julgado o recurso extraordinário, aplica-se a solução para os demais processos que estão paralisados. Eles são rejeitados, os recursos. E a última parte da minha palestra hoje foi o seguinte: e a Administração Pública é obrigada a cumprir uma decisão do Supremo que diz que uma lei é inconstitucional? Aí eu entendi - não só ideia minha, mas de uma grande parte do Supremo Tribunal - de que é obrigada, a Administração Pública. E aí eu fui buscar um despacho do ministro da Fazenda, do Mantega, dizendo o seguinte: “Quando houver um processo na esfera administrativa e que for decidido de acordo com o Supremo Tribunal, a Administração não pode recorrer.” Então, está proibida de recorrer, porque a decisão foi de acordo com o Supremo Tribunal, a Administração não pode recorrer. E isso... O Conselho de Contribuintes é o órgão, vamos dizer, que mais interessa à população, aos contribuintes, e o Conselho de Contribuintes também incluiu, no seu regimento interno, uma disposição dizendo que o Conselho decide... se a matéria já foi apreciada pelo Supremo Tribunal, o Conselho é obrigado a adotar. Então, hoje é pacífico e a Administração é obrigada a cumprir as decisões do Supremo Tribunal. Isso é pacífico hoje. Eu encerrei minha palestra lá e vim-me embora correndo [riso], para chegar aqui às seis horas.

F.F. – Ministro, muito obrigado pela aula de direito constitucional...

I.G. – Não, não...

F.F. – Achei interessantíssimas as suas posições. Mas aí, estamos aqui hoje, no dia de hoje, e a gente volta no tempo para 2003, que foi, portanto, seu último ano no Supremo.

I.G. – Eu era vice-presidente, o Marco Aurélio era o presidente, e o Marco Aurélio foi muito bom comigo, porque ele sabia que eu não podia chegar à presidência...

F.F. – Por quê?

I.G. – Porque eu ia completar os 70 anos antes de assumir a presidência. O que é que o Supremo fez? Numa sessão, me elegeu como candidato à presidência. Na hora, eu agradei, disse: “Vamos deixar de brincadeira.” [riso] Levei na brincadeira.

F.F. – Foi uma surpresa?

I.G. – Não, aquilo... “Senhores ministros, vamos agora eleger o futuro presidente do Supremo. O candidato, pela ordem de antiguidade, é o ministro Ilmar Galvão.” Aí fizeram a votação e eu fui eleito. Mas aí eu disse: “Vamos deixar de brincadeira. Eu vou sair no dia 1º de maio, dia 2 de maio eu estou fora, não tem condição.” Aí, pronto, passou. Mas o Marco Aurélio foi muito meu amigo, me deixou dirigir o Supremo por uns três meses mais ou menos, de dezembro... o mês de dezembro, o mês de janeiro, o mês de fevereiro, e depois, o mês de maio. E eu exerci a presidência do Supremo e andei [gesticula com as mãos, indicando que trabalhou para mudar algumas coisas]... Um dia, eu entrei na sessão e perguntei ao secretário: “Tem muito mandado de segurança aí para julgar?” “Tem. Tem uns 15 mandados de segurança.” Veja só, 15 mandados de segurança. Não era nada. Eu digo: “Então, vamos hoje julgar os mandados de segurança todos.” Aí abri a sessão e fui chamando, “ministro fulano de tal, relator do mandado de segurança tal”, julgou, “ministro relator...” Julgamos todos os mandados de segurança. O Pertence, depois, me disse assim: “Ilmar, que história é essa de sessão de segurança? Por que...?” Eu disse: “Pertence, mandado de segurança é uma coisa... é uma ação de urgência. Quem entra com um mandado de segurança é porque tem pressa. É para salvar um direito líquido e certo de quem está correndo o risco de perda, de sacrifício. Portanto, eu não me conformei com esses mandados de segurança aqui aguardando julgamento. Julgamos tudo. Acabou. Não tem mais julgamento aqui de mandado de segurança.” Ele disse: “É, foi bom.” E

acabamos com os mandados de segurança. E, assim, eu exerci bem. Ali não há dificuldade nenhuma. Não houve, também, um caso grave que eu tivesse que presidir uma sessão tumultuada. Nada. Nunca houve nada. Era pá-pá-pá-pá. E eu sou muito grato ao Marco Aurélio, que me deu essa oportunidade. Lamento muito porque eu pedi ao fotógrafo oficial do Supremo... Eu disse: “Rapaz, tira uma fotografia, eu na presidência, mas uma fotografia que pegue as duas bancadas e eu lá.” Ele não conseguiu tirar. Não conseguiu. Era esse fotógrafo vagabundo lá que o Supremo tinha [risos]. Mas isso ele ficou me devendo. Eu queria guardar, para meus pósteros, meus herdeiros e tal, uma fotografia provando que eu presidi o Supremo Tribunal Federal. Mas não saiu, não. Eu também não tinha essa ambição de presidir o Supremo, não. Não tinha, não. Eu sei que... Outro dia encontrei a Ellen em São Paulo e ela disse: “A melhor cadeira no Supremo Tribunal é a décima primeira”, que eu entendi, é a presidência. Mas nunca entendi assim, não. Pois é, professor.

F.F. – Bom, ministro...

I.G. – Tem mais alguma coisa?

F.F. – Poucas. Realmente, eu acho que a gente conseguiu cobrir sobretudo o foco da nossa pesquisa, mas eu gostaria de perguntar... o primeiro dia fora do Supremo.

I.G. – Essa é uma pergunta, realmente, que as pessoas fazem. Minha mulher é que responde. Minha mulher diz assim: “Ilmar não sentiu nada. Sentiu foi um alívio.”

F.F. – Foi isso?

I.G. – Porque tem os que entram em... numa crise de...

F.A. – Depressão?

F.F. – Depressão?

I.G. – Não. Ora, esqueci agora o problema. Entra em crise porque saiu do Supremo. Eu sei de vários casos. Não vou mencionar porque é uma coisa pessoal.

F.F. – Sem mencionar os nomes das pessoas, mas como é essa crise? O que acontece com a pessoa?

I.G. – O sujeito fica acabrunhado em casa, não quer comer, acha que passou uma fase da vida que não volta mais e tal, e podia continuar, e não passou a emenda dos 75 e fica lamentando. Eu dou graças a Deus que não passou.

F.F. – A emenda dos 75?

I.G. – Porque eu não ia sair; eu ia continuar, em prejuízo meu. Porque eu me aposentei com a esperança de advogar. Meu filho já tinha esse escritório – não aqui, mas em outro prédio – e me chamou para vir para cá. Eu vim com a maior satisfação, comecei a advogar, que era uma coisa que eu tinha vontade de fazer...

F.F. – Até então o senhor nunca tinha advogado?

I.G. – Não. Porque eu me formei e fui... Eu me formei em dezembro e em fevereiro eu fui para o Acre. Lá, eu fui ser secretário de estado, diretor de Organização e Método, ou uma coisa assim, e era proibido advogar e fiquei ali sem advogar. Aí vim satisfeito para advogar. Foi bom. Foi bom. Não foi melhor porque o Poder Judiciário é uma lástima. Foi bom o Jobim sair, porque é uma lástima. O Poder Judiciário não decide. É uma dificuldade muito grande: se espera, se entra com a ação e, quando coloca em julgamento lá, o sujeito... “Como é mesmo...? Ô fulano, traz aí para eu ler o que é, que julgamento é aquele, porque eu não me lembro mais.” É assim. É uma coisa horrível. E isso que é o pior da advocacia, é a pior coisa. Então, eu hoje estou advogando aí. E já estou querendo sair, porque já chega, eu já fiz o que tinha que fazer – eu fiz uma casa nova aqui em Brasília, no Lago Sul, uma casa confortável. Não luxuosa, mas confortável. Tem até elevador, imagine você! Tem até elevador dentro de casa, para subir para o primeiro andar.

F.F. – Que maravilha!

I.G. – É. E comprei um apartamento em Ipanema, na Vieira Souto, num prédio antigo, mas tô ali sentado, olhando o mar, na Vieira Souto, perto daquele Hotel Sol de Ipanema, bem pertinho, bem ali, num lugar bom. Mas isso tudo, quem me proporcionou isso foi a advocacia. O Supremo, eu quero [gesticula com os braços como se quisesse distância]... Foi uma fase. Não tenho a menor saudade. Não tenho. Se eu disser que tenho uma saudade, é mentira. Não tenho. Outro dia, numa roda, um sujeito perguntou: “Ilmar, você tem saudade?” Eu digo: “Não. Não tenho, não.” De vez em quando me fazem essas perguntas. Eu digo: “Olha, eu tenho saudade sabe de que? Da mordomia, do status.” “Por quê?” Eu digo: “Porque eu viajava, tinha gente me esperando no aeroporto. Eu ia a Santa Catarina, já tinha gente lá me esperando; no Rio de Janeiro, já tinha gente me esperando; em todo canto. Em São Paulo, então, era uma coisa! O paulista gosta muito de ministro do Supremo, de ficar ali.” E eu gostava disso. Aí uma pessoa... um ministro que estava presente disse assim: “Interessante, eu nunca usei a mordomia. Nunca usei a mordomia.” Eu fiquei chocado, porque eu tinha dito que eu gostei da mordomia. Mas eu expliquei: “A mordomia era assim, era um jornal em casa; era um motorista com um carro; era uma passagem aérea; era uma viagem para o exterior para representar o Supremo.” Eu fui até à Indonésia. Eu fui à mudança daquele... à posse daquele presidente daquela... daquele paisinho que fala português que se libertou da Indonésia.

F.F. – Timor-Leste?

I.G. – Timor-Leste. Eu fui à posse do Gusmão, que foi o presidente. Eu fui perto do Japão. Lá é pertinho do Japão. Tudo isso é mordomia. Fui aos Estados Unidos várias vezes; fui ao Canadá; visitei a Suprema Corte americana, fui bem recebido lá; fui ver uma eleição - isso eu estava no Eleitoral [aponta o dedo para o assistente de pesquisa, Fábio Ferraz de Almeida. Fui ver uma eleição para o Senado]...

F.F. – Americano?

I.G. – Americano. Eu era presidente da comissão da urna, para elaborar, para conceber a urna. Eu fui o presidente da comissão. Para isso, eu fui...

F.F. – A nossa urna eletrônica.

I.G. – A urna eletrônica. Saiu daqui do Tribunal. Quem fez a urna eletrônica? Os funcionários do Tribunal e os funcionários da Justiça de Minas, do Mato Grosso... Havia uns caras lá curiosos que foram fazendo, foram fazendo... Eu fui à Virginia ver uma eleição numa urna eletrônica. A urna eletrônica era uma mala. Quando abria a mala, formava a cabine, descia um pano e formava a cabine e um painel grande, que o eleitor ia lá e botava o dedo na cabeça do candidato. Eu vi isso. Os fabricantes vieram para cima de mim, eu disse: “Essa não. Nove mil dólares, o Brasil não vai poder fazer. O Brasil precisa de uma urna, primeiro, pequena, para transportar para o país inteiro; resistente, para poder, se cair, eventualmente, de cima de um caminhão no chão, não se danificar; só deve servir para votar, que é para evitar furto.” Nós fizemos uma eleição no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico – nós não, o Tribunal fez, antes de mim –, com computador. Tinha não sei quantos computadores que ficaram guardados lá. Roubaram, levaram tudo. Não ficou nenhum. Eu digo: “Tem que ser uma urna que ninguém queira roubar, porque não vai adiantar nada; barata, compatível com o orçamento brasileiro.” Essa era a urna que nós planejamos. E eu fui para lá, era uma urna imensa, não serviu. Aí eu fui para a eleição desse presidente da Venezuela, a primeira...

F.F. – Hugo Chávez.

I.G. – Eu estava lá. Foi também numa urna eletrônica, mas parecia um computador [aponta para o computador da mesa ao lado], também não servia para nós. Era uma espécie de computador. E fomos, devagarinho, fomos, fomos, até que saiu essa urnazinha maravilhosa. Emprestamos para países da África fazer eleição, emprestamos para sindicato fazer eleição. É aquela urna que você chega ali, vai lá, dá o número do candidato, aparece a fotografia, “é ele mesmo”, confirma. É uma coisa maravilhosa. Baratíssima, não chega a 600 dólares – não chegava, no meu tempo –, 600 dólares, em comparação com a americana, que era uma fortuna. Os fabricantes de lá queriam que eu... me cercaram de toda gentileza. Mas comprar uma urna desse preço? Não havia dinheiro. Fizemos a urna. No meu tempo, eu fiz uma eleição no Rio de Janeiro completa, no estado todo, com essa urna, e no estado de Alagoas, também, eu fiz completa. Foram os dois estados: no Rio, porque houve um problema na eleição anterior, surgiu

um problema de... quem é que foi eleito, quem não foi... Não era para governador, não. Não lembro mais como foi aquilo. Aí eu disse: “Vamos botar no Rio de Janeiro.” E em Alagoas porque era um estado que... para experimentar. Ali era para experimentar a urna. Deu um resultado maravilhoso em Alagoas e no Rio de Janeiro, também, de fora a fora. E pus umas urnas no Amapá, para os índios, nas seções dos índios, para ver se os índios tinham facilidade de votar [faz o gesto de apertar um botão com o dedo], e deu um resultado maravilhoso. Com índio, não tinha problema nenhum. Levei essa urna em algumas Assembleias Legislativas, para mostrar que não havia risco para o eleitor analfabeto, o eleitor analfabeto podia votar, não tinha problema. Eu tive que demonstrar isso aqui e acolá: num canto e noutra, levava essa urna. E saiu a urnazinha. E eu falei com o Fernando Henrique: “Olha, Presidente, nós não vamos botar a urna no país inteiro. Isso vai ser paulatinamente, paulatinamente. Já fizemos agora numa parte do país; na outra eleição, vai se fazer em outros estados; e assim vai, até completar.” Mas eu saí, o meu sucessor mandou fazer urna para o país inteiro logo de uma vez.

F.F. – De quem se tratava?

I.G. – O ministro Néri da Silveira. Ele chegou e não teve conversa, “tem que fazer a urna”. Eu perdi essa chance, para ser bonzinho e econômico. [riso] Eu fui lá com o Fernando Henrique... Veio o Eduardo Jorge, “ministro, o presidente está preocupado com essas urnas”, eu disse: “Pode dizer para ele que isso vai ser paulatinamente.” E não foi. Foi de uma vez só, quando o Néri botou no país inteiro. Porque era difícil até de fabricar, porque as peças não eram daqui – as peças vinham da Coréia, era um material da Coréia. Eu fui à fábrica em São Paulo, dessa urna, porque eles prometeram fazer não sei quantas e eu fui ver se realmente eles tinham condição. “E onde é que estão as peças? Já importaram?” “Está aqui”, abriram o almoxarifado, “são essas peças aqui”. “É, vocês vão fazer mesmo.” Lá na... Não me lembro bem onde era. Em São Paulo, um pouco fora de São Paulo. [Silêncio] Então foi isso. A urna foi um produto feito com todo o cuidado, com uma agenda... “O que tem que ser a urna? Vamos escrever o que tem que ser a urna. A urna tem que ser econômica, preço barato, preço baixo; tem que ser robusta; tem que ser de fácil transporte...” Ah, sim, tinha outro requisito: a energia. “Ela tem que funcionar com energia elétrica, com bateria... com energia elétrica de qualquer corrente.” Elas funcionam em qualquer corrente, em 120, 220. Pode enfiar na tomada que ela funciona. E funciona também com bateria. Tudo isso foi uma agenda que nós fizemos para cumprir. Íamos

lá... “Não, isso não serve. Está faltando aqui esse dado, bateria.” “Ah, está...” “Não, não serve.” “Por que não serve?” “Porque é muito grande, pesada para transportar para esse país inteiro de helicóptero, na Amazônia. O helicóptero vai levar quantas...? Se for essa grande, vai levar três urnas. Tem que levar cinquenta, cem urnas.” E saiu essa urninha, pequenininha, simpática, que agradou no mundo inteiro, no mundo inteiro, essa urna. Eu não sei se fizeram... se a Índia fez essa urna, ou se fez uma urna parecida, não sei, mas a Índia era um país que tinha uma eleição grande, de milhões de votos. A Índia tem 1 bilhão e não sei quantos habitantes. É a maior concentração de voto no mundo, e eles ficaram de estudar para fazer uma urna, também. Uma urna que recolhe os votos de São Paulo todos em um dia... São Paulo é uma cidade com quantos milhões de eleitores? Parece que 7 milhões, naquela época.

F.F. – Sim. Só a cidade, não é?

I.G. – Na cidade, de eleitores. Recolhe esses 7 milhões de votos durante o dia, encerra a eleição cinco horas da tarde, e quando dá oito horas da noite, dá o resultado geral da eleição, quem ganhou em São Paulo. Oito horas da noite, já se sabe. Porque a urna, é só levar e encaixar no negócio de computador, no terminal; o terminal que comanda, comanda para o Tribunal; o Tribunal vai só encaixando e a urna vai dando o somatório. Oito horas da noite já se tinha o resultado da cidade de São Paulo. Um milagre. Aquilo levava meses apurando, e anulando voto, e não sei o quê, e voto riscado, fraude... Acabou o negócio de fraude. Não há mais nada disso. Puseram em dúvida se a urna realmente era segura, ou se era suscetível de ser manipulada. Eu fiz um desafio: “Eu quero ver, dos senhores, quem é que... Arranja aí alguém, um técnico para vir alterar, adulterar a urna, uma votação.” Então, eu... A urna é confiável. Nunca houve... Levantaram uma dúvida em Alagoas, não sei aonde, mas não tem a menor procedência. E depois, eu dizia o seguinte, para um candidato, digamos, um candidato a deputado, fraudar a urna para ser eleito, ele tem que fraudar quantas urnas? Tem que sair fraudando. E alguém vai dizer: “Olha, está fraudando.” Não há possibilidade. Não furtaram nenhuma urna, não se perdeu nenhuma, se emprestou urna para sindicato fazer eleição, para isso, para aquilo. Estão aí as urnas. Emprestei para Cabo Verde, para uma eleição em Cabo Verde, emprestei não sei quantas urnas...

F.F. – Ministro, se eu estou bem percebendo, o senhor, com certeza, considera um dos méritos do seu trabalho na magistratura o seu trabalho na Justiça Eleitoral, como um dos que implantou a votação eletrônica. Porque, na pergunta do Fábio sobre Justiça Eleitoral, o senhor narrou uma experiência não muito feliz.

I.G. – Sabe para quem eu atribuo? Eu atribuo para o Velloso. Por que para o Velloso, que foi um presidente antes de mim? Porque teve a coragem de dizer: “Vamos construir uma urna eletrônica.” Aí baixou a portaria, “Ilmar, você é o presidente da comissão de construção da urna”. Eu atribuo todo o mérito ao Velloso, que teve essa coragem, “vamos fazer uma urna e você, Ilmar, você vai comandar, dentro do Tribunal, uma comissão que vai fazer essa urna”. E fizemos a urna, contando com técnicos de dentro do Tribunal. E fomos, fomos, fomos e acabou saindo essa urna maravilhosa. Eu não assumo a autoria disso, não. Foi o Velloso. Eu dei minha colaboração em olhar, em viajar para ver o que serve, o que não serve. Eu me lembro que, lá na Virginia, o camarada... “E o que vocês acharam?” Eu disse: “Olha, nós ficamos satisfeitos de ter vindo aqui, porque vimos o que não nos interessa [riso], vimos uma urna que não nos serve.” “Como que não?” “Não serve, porque o Brasil é um país pobre, não pode ter uma urna que custa, só uma urna, custa 9 mil dólares. Nós somos um país que não tem condição para isso. Com 9 mil dólares, nós queremos fabricar...” Já tinha um cálculo de 600. “Nós queremos fabricar 15 urnas, com 9 mil dólares.” A mesma coisa foi lá na Venezuela. Também estive lá. Foi bom porque eu conheci Caracas. Fui duas vezes lá [riso]. Vi a eleição desse camarada lá. Não sei como é que vocês encaram aí, mas eu acho que essa figura vai passar, e não vai deixar saudade, não, na Venezuela. Eu acho assim.

F.F. – Hugo Chávez?

I.G. – O Hugo Chávez. Eu fui lá para a eleição dele, a primeira eleição. Nunca mais saiu do poder. E agora é candidato à reeleição de novo, o Hugo Chávez. O povo da Venezuela, eu acho que gosta dele. É, sei lá. Pois é, meu camarada, é isso, foi essa vida.

F.F. – Ministro, geralmente, eu encerro todas essas entrevistas perguntando se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar, se o senhor gostaria de falar mais alguma coisa. Mas, para

mim, foi extremamente elucidativo, quando eu perguntei “e o último dia do Supremo?”, o senhor falou como foi o último dia, como tem sido, que o senhor tem advogado...

I.G. – Eu me despedi do Supremo lendo um agradecimento aos colegas, fazendo um agradecimento ao Collor; ao Marco Aurélio, que me ajudou muito para chegar lá; e um agradecimento à minha mãe, coitada, que teve aquela vida... Ela morreu dois meses depois. Ela veio aqui para a minha posse e depois morreu, lá no Rio. E agradecendo a ela o esforço que ela fez para me educar no colégio lá, no colégio na frente de casa, tudo aquilo. Foi realmente uma heroína. A minha família é muito pobre. Meu pai morreu, não deixou nada, nada. Eu fiquei com sete anos, e não ficou uma pensão. Porque, hoje, a pessoa morre, deixa uma pensão, deixa qualquer coisa. Não ficou uma pensão, não ficou um patrimoniozinho que pudesse ser desfeito para... Nada. Então, minha mãe teve que trabalhar – trabalhos humildes – para manter... para criar esses filhos, seis filhos, uma escadinha. Não foi brincadeira, não. Eu fui lá outro dia, a Jaguaquara. Eu fui ver a casa onde eu nasci. Eu fiquei estarecido. “Como que minha mãe teve seis filhos aqui dentro dessa casa?” Sem médico; com parteira. Naquela época era parteira. “Como que minha mãe teve seis filhos aqui dentro dessa casa?” Uma tapera, lá em Jaguaquara. Eu não tinha... Eu perdi a ideia daquilo. Eu fui lá ver depois de muitos anos. Fui lá. “Deixa eu ver onde é que eu nasci, mesmo.” Fui lá. E lembrei de eu sentado ali na calçada, com a bola que meu pai me deu no colo. Tinha uma fotografia que eu guardei, mas que não tenho mais. E meu pai ali lutando. Acabou levando a gente para Ilhéus. Ele achava que em Ilhéus ele ia ter uma vida melhor, ia desenvolver o negócio dele. Ele tinha uma venda. Venda... Não sei se vocês entendem o que é venda. É uma casa comercial pequenininha.

F.F. – Um pequeno comércio.

I.G. – Ele tinha uma venda ali mesmo, ligada na casa. Foram para Ilhéus; lá ele pegou aquela... impaludismo, que naquela época grassava em Ilhéus, aquele impaludismo que era aquele mais grave, que eu fui rever lá na Amazônia, e morreu logo. Nós tivemos que voltar de Ilhéus para Jaguaquara. Voltamos. Por ajuda de amigos, que mandaram buscar e nós fomos, voltamos para Jaguaquara, e lá nos criamos. Têm umas coisas assim que eu me lembro que fico até arrepiado. Era a maior pobreza, sabe, a maior pobreza da vida. Basta eu lhe dizer o seguinte, eu tinha uma farda... O colégio tinha uma farda cáqui. Eu tinha uma farda cáqui que eu vestia a semana toda.

No sábado, eu tirava, minha mãe lavava, e na segunda-feira eu entrava de novo na mesma farda. E foi a vida inteira, até terminar o quarto ano ginásial, com aquela farda. Eu nunca tive uma caneta, uma caneta tinteiro. Naquela época, não tinha BIC; era tinteiro. Eu nunca tive. Eu escrevia com lápis. Era lápis. Usava só lápis. E uma vida realmente... Eu não tenho... “Por que não vai mais a Jaguaquara?” Porque eu não gosto. As recordações de Jaguaquara não são boas para mim. Primeiro, porque eu estava naquele cartório, ia conseguir um emprego, porque tinha uma colônia agrícola... O engenheiro que era o diretor da colônia agrícola perguntou ao meu irmão mais velho, que acabou morrendo no Rio, afogado... Ele entrou no Exército, foi para o Rio prestar serviço lá, tomou um banho lá em Copacabana e morreu, no Posto 6. E meu irmão foi lá – ele trabalhava numa gráfica –, foi vender impressos e o engenheiro disse: “Valdo, você não tem uma pessoa que datilografe?”. Ele disse: “Tenho.” “Quem é?” Ele disse: “Meu irmão.” “Você tem um irmão que sabe datilografia?” “Tenho.” “Ah, manda ele aqui. Traga ele aqui, hoje ainda.” Era um lugar distante seis quilômetros. Era uma colônia agrícola. Ele foi lá e disse: “Ilmar, vamos lá na colônia. Você precisa de ir lá porque o Dr. Orlando precisa conhecer você e quer que você trabalhe com ele.” Eu fui. Ele mandou eu fazer um ofício, eu fiz o ofício, e aí ele disse: “Tá empregado.” Eu ganhava 50 reais por mês... Reais não; 50... Eu não sei o que era. Era mil-réis ou qualquer coisa. E o Dr. Orlando me pagou mil. Mil. Vinte vezes mais. E aí o que aconteceu? O diretor do colégio, que era um pastor protestante, conheceu meu pai, meu pai ajudou a formar o colégio, e conhecia minha mãe, ele foi lá, alegar para o Dr. Orlando que aquela vaga... que o prefeito, que tinha conseguido a colônia, tinha um candidato. E eu fiquei muito sentido com aquilo, sabe? O sujeito, conhecendo minha mãe, sabendo a dificuldade que a gente vivia, querer me tomar o emprego. O filho dele mora aqui até hoje. Ele já morreu. E aí eu fiquei sentido com aquilo. Porque o Orlando disse: “Olha, o Dubois veio aí.” Dubois. Carlos Dubois. “Veio aí. Ele disse que esse cargo tem... que eu sei que esse cargo tem dono. Mas você vai ficar aqui. É mais fácil eu sair do que você.” E eu fiquei lá. Aí, realmente, eu comecei a tomar um impulso na vida, ajudar minha mãe, coitada, e os irmãos. Até que veio o Banco do Brasil. Eu fiz o concurso, passei, e aí passei a ser [sinaliza com as mãos, abaixo das axilas, dando a entender que levava uma vida boa]... O Banco do Brasil pagava muito bem na época, em relação aos outros empregos. Aí passei a ser gente, não é? [riso] Porque até então era uma dificuldade de vida muito grande. Mas é isso. Viajava seis quilômetros todo dia, graças a Deus. Ia de bicicleta. Tinha uma bicicleta velha lá, eu montava na bicicleta e ia para lá, seis quilômetros. De tarde, voltava de bicicleta para casa. Tudo aquilo foi a vida, uma vida... Então

eu não tinha muita recordação boa de Jaguaquara. Mas eu fui para Jequié, para o Banco do Brasil. Era prefeito de Jequié o Lomanto Júnior, que foi governador da Bahia, foi senador da República. Ele era o prefeito de Jequié. Um dia, recebo um recado para eu ir lá na prefeitura. Eu fui. “O que você está fazendo aqui? Quer falar comigo?” Eu disse: “O senhor mandou me chamar.” “Ilmar Galvão?” “É.” “Ah, meus parabéns! Você passou em primeiro lugar no Banco do Brasil, meus parabéns! Olha, a prefeitura vai lhe dar um prêmio: vai pagar o seu curso...” Depois do ginásio, vinha o...

F.A. – Científico?

I.G. – Científico. “Vai pagar o curso científico, os três anos.” Eu até me matriculei lá, mas acabei indo para São Paulo e terminei lá por São Paulo mesmo. Aí eu fiquei grato. Um dia, eu fui homenageado em Jequié, na Câmara dos Vereadores, e ele estava presente. Ele não se lembrava. E eu disse: “Aconteceu isso. Aqui, eu fui recebido de braços abertos, aqui em Jequié, porque o prefeito mandou me chamar e me ofereceu um presente, me pagava toda a despesa do meu curso científico.” O colégio era particular, tinha que pagar. “E está aqui o prefeito, o prefeito Lomanto Júnior.” Ele chorou, rapaz. Quando ele se lembrou, ele chorou. Eu já era ministro do Supremo, ele ficou emocionado demais. Eu falei, nesse dia: “Foi aqui nessa sala que eu assisti a uma conferência de um ministro do Supremo, Aliomar Baleeiro, que esteve aqui e fez uma conferência. Eu assisti a essa conferência, sentei aqui.” Essas lembranças da vida, em Jequié, Mas lá em Jaguaquara foi assim, foi essa dificuldade com minha mãe. Até os parentes tratavam mal. A pior coisa é ser pobre, na vida. A pior coisa é ser pobre. O meu irmão, que morreu em janeiro, lá no Rio, ele dizia: “Ilmar...” É outro irmão. Não é o que morreu afogado, não; é um outro que morreu. Ele dizia assim: “Ilmar, o problema não é o preto; o problema é o pobre. O problema é o pobre.” Vamos Lud?⁵ É uma tragédia, o pobre, ser pobre. É uma lembrança péssima que eu tenho daquele tempo de... Mas, graças a Deus, a vida... Aconteceu tudo que eu contei aqui. Não fui correndo atrás de nada e tudo aconteceu, tudo. E hoje estou feliz aí. Morro feliz. Não tenho um problema na minha família. Eu tenho cinco filhos, oito netos, cinco genros e noras – duas noras e três genros –. Três genros, não é Lud? E eu não tenho que me queixar de nada, nada, nada da minha família. Sou uma pessoa que... não

⁵ Refere-se à sua filha, que aparecera na porta da sala da entrevista.

sei, não, eu fui muito feliz. Às vezes eu fico pensando por que me aconteceu. Eu sou uma pessoa... Não tenho um filho, um neto doente, um que nasceu assim, nasceu assado; um casamento que não deu certo, na família. Não tenho nada. Estou aí de vento em popa. Aí me perguntaram, em São Paulo: “Como é que vai na advocacia?” Eu digo: “Vento em popa. Muito vento e pouca popa.” [com as mãos, faz o gesto que significa “dinheiro”] [risos]

F.F. – Ministro, eu gostaria de agradecer imensamente.

I.G. – Ah, obrigado.

F.F. – Eu queria, da minha parte, também... A gente não costuma... Eu gostaria de dizer que foi uma das melhores entrevistas que eu já fiz na minha vida. Não é uma vida muito longa na pesquisa, mas já tenho alguma experiência. Até hoje, foi a melhor, uma das melhores que eu já fiz. Adorei a entrevista.

I.G. – Ah, obrigado,

F.F. – Em meu nome, em nome do ministro Nelson Jobim, em nome do professor Joaquim Falcão, eu queria de agradecer imensamente sua boa vontade de estar aqui com a gente até... Passa das nove horas da noite, é importante registrar. O senhor está contribuindo imensamente para a gente conseguir construir, de maneira qualificada, a memória da história recente do Supremo Tribunal Federal.

I.G. – Tenho o maior prazer. Mesmo porque, quando eu fui para o Acre, eu estava engendrando um mestrado... um mestrado não, uma especialização na Fundação Getulio Vargas, no Rio. Naquela época, era um dos meus projetos, fazer essa fundação⁶ em direito econômico, também. Ainda perseguindo o direito econômico. Mas fui para o Acre, ficou tudo isso para trás e eu nunca mais voltei para morar no Rio, nunca mais. Minha mãe morreu e tal, os irmãos cresceram por lá, vivem por lá, e eu não tive mais... Vou lá passar umas férias, um dia de Carnaval, no apartamento. Ela [Ludmila Galvão] também tem um lá. Todo mundo encaminhado na vida.

⁶ Provavelmente, sua intenção era dizer “especialização”.

Não tem ninguém dependendo de nada. Até o caçula, hoje, é procurador do DF – ela também é –, e advoga, é inteligente. Modéstia à parte, é meu filho, mas é inteligente, vai muito bem na advocacia, está fazendo essa carreira acadêmica, já fez doutorado, agora está fazendo pós-doutoramento nos Estados Unidos, lá em Yale. Eu devo ir, na metade do mês de outubro, devo ir lá para conhecer a faculdade dele, a universidade dele. É um prazer que eu quero ter, que eu quero me dar, de ir lá ver a universidade. Porque eu já fui à Universidade de Nova York, onde ele fez mestrado, e agora quero ir à Universidade de... Como é, minha filha? Onde é a cidade mesmo? New Haven, não é?

F.A. – New Haven.

I.G. – New Haven.

F.F. – A Universidade de Yale.

I.G. – É. Eu quero ir lá para conhecer também a faculdade dele. Ele está aqui integrado, tem a sala dele, é cuidadoso, está indo bem, está entusiasmado com a advocacia. Então, eu não tenho porque estar com saudade de nada. Saudade de Supremo Tribunal? Não. Saudade da vista que eu tinha de lá, sentadão assim e olhando o lago lá distante, naqueles dias de sol, o sol poente, uma coisa maravilhosa. Se for isso, sim. Agora, do processo, aqueles processos? É uma quantidade de processo incrível, você não tem descanso, nunca tem descanso. É um atrás do outro. Lud, tu acreditavas que tinha 22 mil habeas corpus no STJ para julgar? Não há possibilidade, me disse hoje... Te lembrava dela, da Raquel, que é casada com um americano que me deu até umas aulas de inglês, numa certa época? Ela me disse, são 22 mil habeas corpus. Só habeas corpus. É muita coisa. Mas está bom, professor.

F.F. – Ministro, obrigadíssimo.

I.G. – Eu ficaria conversando dessa minha vida...

F.F. – Ah, e a gente então!

I.G. – Eu, às vezes, converso até demais, sabe? Mas eu gosto de contar a vida, porque não vou contar grandes coisas, grandes realizações, mas conto o que me aconteceu, o que veio ao meu encontro. Essas coisas vieram ao meu encontro. Essa minha carreira na magistratura foi uma carreira que eu nunca podia imaginar de fazer. Eu não queria ser juiz, nunca quis, e fui ser juiz, para acabar ministro do Supremo. As coisas vindo para mim. É uma coisa muito difícil de acontecer. Mas então podemos tirar isso aqui, o microfone.

F.A – Fica à vontade.

F.F. – Sim, ministro. MUITÍSSIMO obrigado.

I.G. – Pelo menos fica no arquivo aí quem foi esse Ilmar. O Ilmar contou a vida dele.

[FINAL DO DEPOIMENTO]